

Clipping **TJES**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

25 a 27 de maio de 2019

Esperando por você

TAG: ESPERANDO POR VOCÊ, CGJES, CEJA-ES,
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO,
CAMPANHA DE ADOÇÃO

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/25/TVVITRIARECOR>

DES-13.53.58-13.56.13-1558807231.mp4

Crianças aguardam por adoção no Estado

**CRIANÇAS, ADOÇÃO, ESTADO, ABRIGOS,
TRIBUNAL DE JUSTIÇA, TJES**

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/24/TVVITRIARECOR>

[DES-19.27.18-19.31.47-1558739282.mp4](#)

Adoção: Quase 160 crianças e adolescentes aguardam uma nova família no ES

TAG: LUCIANA LACERDA ASSISTENTE SOCIAL DO **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** DO ESPÍRITO SANTO, CAMPANHA ESPERANDO POR VOCÊ, ADOÇÃO, DIA NACIONAL DA ADOÇÃO

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/25/TVVITRIARECOR>

DES-14.21.56-14.39.29-1558808909.mp4

Mesmo com fila para adoção, crianças passam toda infância em abrigos

CRIANÇAS, ADOÇÃO, TJES

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/24/TVRECORDNEW>

SES-18.03.53-18.07.47-1558739784.mp4

Fila, perfil desejado e cadastro no trajeto para efetivar adoção

Muitas pessoas buscam na adoção a realização do sonho de ser pai ou mãe e criar uma família. A concretização desse plano, porém, não é tão rápida quanto seria necessária para quem deseja ter a vida transformada em ter uma família. Espera e paciência passam a ser palavras repetidas nesse trajeto da adoção. De acordo com informações do Tribunal de Justiça, existem 848 crianças e adolescentes em acolhimento no Espírito Santo, mas apenas 157 delas estão disponíveis para adoção. Enquanto isso, o número de pretendentes habilitados chega a 913.

Mas se há mais pretendentes do que crianças disponíveis, o questionamento é imediato: porque? Segundo o psicólogo da **Comissão Estadual Judiciária de Adoção** (CEJA) do Tribunal de Justiça, Helerson Silva, o perfil desejado pelos pretendentes não bate com o da maioria das crianças para adoção. Ele afirma que um estudo realizado em 2016 mostrou que 87% dos pretendentes no Espírito Santo desejam crianças de até 6 anos de idade. No entanto, entre os disponíveis, apenas 23,9% tem entre 0 e 9 anos, e 76,1% tem de 9 a 18 anos de idade.

Além da idade, o psicólogo destaca que as crianças que permanecem nos abrigos fazem parte de grupos de irmãos - que não podem ser separados -, e crianças com doenças, que não entram no perfil da maioria dos pretendentes.

"A maioria dessas crianças que vão ficando nas instituições são um pouco maiores, tem alguma deficiência ou doença ou fazem parte de grupos de irmãos. As que são menores e saudáveis costumam sair rapidamente das instituições de acolhimento. Não aparecem tantas crianças assim para suprir a demanda de tantos pretendentes", disse.

A demora leva pretendentes a esperarem anos por uma oportunidade. O professor Felipe Tassarolo e a esposa entraram na lista de espera em 2017, e até então, aguardam o contato para realizar a adoção. Pela longo tempo de espera, nesse período eles tentaram outras maneiras e fizeram a adoção de uma menina por meio internacional, mas ainda aguardam na fila para adotar uma segunda criança.

"A partir da demora que minha esposa viu outros caminhos e a gente acabou na adoção internacional, mas não eliminando o sonho de adotar uma criança

aqui ainda", disse.

Dificuldades

A jornalista e escritora Ana Davini é autora do livro "Te amo até a Lua", que tem a adoção como foco central. Ela afirma que outros dois pontos atrasam no andamento das filas de adoção: a falta de integração nos cadastros, e a demora na destituição das crianças de suas famílias.

"É muito difícil que uma criança de uma vara de infância mesmo de São Paulo, não existe uma integração entre as varas daqui, quanto mais entre cidades ou entre Estados. O segundo problema é a demora na destituição do poder familiar. Essas crianças que moram em abrigos e que não foram para a fila da adoção ainda, elas mantêm vínculo com as famílias biológicas, mas não moram com elas. Então, nem podem ser adotadas ou moram com as famílias. E é negado a elas o direito que a constituição garante de terem famílias. Isso precisa ser mudado rápido", destacou.

Segundo Helerson Silva, o cadastro no Espírito Santo está sendo nacionalizado e inclusive já sendo utilizado em outros Estados. No entanto, ele frisa que o cadastro nacional continua em funcionamento e abrindo a opção para a adoção em outros locais.

"Não nos Estados inteiros mas algumas cidades de São Paulo, Rondônia, Paraná, Bahia e Alagoas estão usando o cadastro daqui, que está nesse processo de nacionalização. Porém, está se usando em paralelo com o cadastro antigo para ninguém ser prejudicado. Então, o pretendente que se cadastra aqui no ES e quer adotar em outros Estados, ele pode sem problema nenhum, inclusive escolher os Estados em que quer adotar", completou.

Já as outras 691 crianças e adolescentes em acolhimento, mas não disponíveis para adoção no Estado, passam por um trabalho de retorno aos seus lares. E de acordo com Helerson, esse é o ideal para cada caso. Se essas tratativas de retorno das crianças para seus pais e responsáveis não apresentarem resultados, seguem para a destituição familiar e inclusão na lista de adoção. Sobre a demora nos processos, ele afirma que é feito um trabalho para redução dos prazos, mas com a ressalva do retorno da

criança para a família.

"Aqui no Estado a gente tem trabalhado muito fortemente para reduzir isso. Mas, sem abrir mão do trabalho feito para voltar essa criança para o lar de origem. Claro que não se pode delongar muito isso até para o sofrimento da criança, mas temos que tentar restaurar essa família. E das crianças que são acolhidas, 60% ou um pouco mais a gente consegue voltar para os pais de origem. Sem contar a família extensa. Então a grande maioria das crianças que entram no abrigo, acabam voltando para a sua família nuclear", explicou.

De acordo com números do Tribunal de Justiça, em 2018, foram registradas 75 adoções pelo cadastro no Espírito Santo. Em 2019, até o mês de abril, 8 adoções foram completadas.

Família de verdade não desiste

E há situações em que a realidade se impõe: jovens acabam atingindo a maioridade e saindo dos abrigos sem família. Marcele Santos, que hoje tem 24 anos, relata isso com propriedade: ela chegou a uma instituição com três, e até os 11 anos, teve a guarda provisória sob a posse de uma família, que optou por não adotá-la e devolvê-la a instituição. Anos depois, ela teve uma nova convivência com a família, mas ainda assim, não foi adotada.

"Fiquei dos 11 aos 16 anos no abrigo. Novamente eles tiveram a minha guarda e mais uma vez me devolveram, por problemas pessoais. Sempre tive a esperança de que eles me adotassem um dia, mas não aconteceu. Depois disso, foi bem difícil a questão psicológica, principalmente. Porque é um baque. Você perde todo o seu chão, parece que cai de um precipício", disse.

Para superar as adversidades, a Marcele contou com o amparo do abrigo em que viveu, o Lar Batista, em Laranjeiras, na Serra. Segundo ela, ali não faltou o amor de uma família.

"Eu acredito que uma família de verdade não desiste. Ela está do seu lado, e foi sempre o que o lar fez por mim. O amor que talvez eu não tinha de uma família, eles supriram. Eles se cobram que não dão o suficiente, mas é o que podem dar", declara.

À sua espera

Felizmente, iniciativas como o programa Esperando por você estão em vigor para reduzir o número de crianças que já estão disponíveis para adoção, mas seguem em instituições de acolhimento. O **Tribunal de Justiça do Espírito Santo**, com isso, estimula

especificamente a adoção de crianças mais velhas, dos grupos de irmãos e daquelas que possuem alguma condição especial de saúde.

A campanha dá voz a esses meninos e meninas através de vídeos gravados e disponibilizados de forma online em que as crianças brincam, mostram suas personalidades, revelam suas qualidades, habilidades, potencialidades e sonhos.

Pelo "Esperando por Você" que a técnica em enfermagem Rosane Aleixo conheceu a filha Cléo. A jovem ficou por anos em uma instituição e quando estava quase saindo, com 17 anos, foi adotada pela Rosane, que fala do sentimento de ter a nova filha no lar.

"É um sentimento de um pequeno vazio que foi completado e foi até superado porque é muito rápida essa ligação, esse sentimento de amor. É aquela sensação de um filho ter ocupado o lugar na casa, que sempre foi dela, só que a gente não sabia que seria ela. Mas, o lugar dela sempre esteve aqui", disse.

Em dois anos, 22 vídeos foram ao ar. Nesse tempo, sete dos participantes, todos com mais de 12 anos de idade, já estão vivendo com suas novas famílias, incluindo a Cléo. O endereço com vídeos das crianças e adolescentes está disponível no site www.tjes.jus.br/esperandoporvoce .

Esse resultado ajuda a reforçar a frase que recebe aquele que acessa o sistema: você pode mudar o futuro de crianças e adolescentes. Mas lembre: quem muda as famílias, pra melhor, são eles.

Site:

https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2019/04/fila-perfil-desejado-e-cadastro-no-trajeto-para-efetivar-adocao-1014176848.html

Adoção: sistema dá agilidade ao conectar perfis de criança e família

Neste dia 25 de maio, sábado, é comemorado o Dia Nacional da Adoção. A data é um momento para lembrar da importância que é o acolhimento de crianças e adolescentes por novas famílias. Ainda no ano passado, o **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** passou a disponibilizar o Sistema Integrado do **Cadastro Nacional de Adoção** e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNA). Esse cadastro teve a sua primeira fase de testes, justamente, no Espírito Santo - mais precisamente nas comarcas de Cariacica e Colatina. Em entrevista à Rádio CBN Vitória, o juiz Ewerton Nicoli, da **Vara da Infância e Juventude** de Colatina, analisa o atual trâmite com o cadastro, que vem sendo nacionalizado, ou seja, o banco de dados alimentado com registros de crianças de vários estados.

Entre aqueles pretendentes temos 46 mil pessoas, sendo que 67% indicam querer adotar uma criança de até 4 anos de idade. Do outro lado, temos 9 mil crianças aptas ao processo de adoção e que tem entre 13 e 17 anos. Isso mostra que também temos essa barreira a enfrentar , diz.

Sobre o sistema eletrônico, ele explica que a versão atual permite, por exemplo, que os pretendentes tenham acesso ao próprio cadastro e possam fazer atualizações de suas informações pessoais como endereço, e-mail e telefone. Também foi desenvolvido um sistema de alertas para avisar juízes e a corregedoria do **CNJ** sobre os prazos de cada processo de adoção. O sistema também permite a inclusão de fotos, vídeos, desenhos e cartas por parte das crianças e adolescentes como forma de dar visibilidade aos pedidos de adoção. Ouça:

O juiz Ewerton ainda explica que aqueles que desejam fazer parte da vida de crianças em situação de abrigo, mas não pretendem necessariamente fazer uma adoção, podem fazer o apadrinhamento afetivo. Existe a figura do padrinho prestador de serviço , que pode ajudar na manutenção dos espaços, por exemplo. E também a pessoa interessada pode ser um padrinho provedor , que auxiliar por exemplo, com recursos financeiros, aulas em uma escola de idiomas ou para aulas de algum esporte , explicou.

Site:

https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/entrevistas/2019/05/adocao-sistema-da-agilidade-ao-conectar-perfis-

de-crianca-e-familia-1014182569.html

Dia Nacional da Adoção: quase 160 crianças e adolescentes aguardam uma nova família no ES

Redação Folha Vitória

Atualmente 157 crianças e adolescentes encontram-se em abrigos, no Espírito Santo, aguardando a oportunidade de ganhar uma nova família. A maioria tem entre 9 e 18 anos: mais de 76,1%. As informações são do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)**.

Os dados do **TJES** apontam ainda que atualmente existem 913 pretendentes habilitados para adoção. No entanto, muitos desafios atrapalham a efetividade nos processos de adoção, não só no Espírito Santo, como em todo o Brasil. Entre eles a incompatibilidade entre o perfil desejado pelos pretendentes e a realidade das crianças e adolescentes cadastrados, além da burocracia e morosidade dos processos de adoção, que demandam tempo e investimento financeiro.

De acordo com o **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)**, do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, do total de crianças e adolescentes disponíveis para adoção no país, 67,6% têm entre 7 e 17 anos, 55% têm irmãos e pelo menos cerca de 25% possuem algum problema de saúde. O psicólogo da **Comissão Estadual Judiciária de Adoção**, Helerson Elias da Silva, aponta que esses grupos são os que mais encontram dificuldades para conseguirem uma família.

A maioria dessas crianças e adolescentes disponíveis ou são adolescentes mesmo ou são crianças, mas fazem parte de um grupo de irmãos, onde tem um irmão mais velho, ou dois ou três, ou tem alguma doença, alguma deficiência que deixa um pouco mais difícil a adoção deles. Esse perfil é o mais trabalhoso. Quando tem uma criança ou um bebê, ele rapidamente sai. Essas crianças maiores é que têm que ser o foco maior de nossa atenção, ressaltou.

Neste sábado (25), é comemorado o Dia Nacional da Adoção. A data é um momento para lembrar da importância que é o acolhimento de crianças e adolescentes por novas famílias. Em todo o Brasil, segundo informações do CNA, mais de 12 mil adoções já foram realizadas. Além disso, atualmente o sistema possui mais de 45 mil interessados em adotar e cerca de 9 mil crianças e adolescentes à espera de uma nova família.

Acolhida

Quem teve a sorte de um dia ter sido acolhido em um novo lar foi o estudante Lucas Almeida Gomes, atualmente com 16 anos. Ele entrou para a família da empresária Soraya Liliane Ribeiro Almeida quando tinha apenas sete dias de vida.

Realmente elas queriam que eu estivesse ali. Eu sou algo que complementou, algo que realmente trouxe mais felicidade. Eu vejo que me sinto acolhido e o quanto eu sou amado, afirmou.

No entanto, para que Lucas pudesse ser recebido em sua família, Soraya precisou enfrentar um longo e desgastante processo de adoção. A empresária conta que esperou cerca de dois anos para receber a notícia de que poderia dar início ao processo. Além disso, ela ainda teve que esperar um pouco mais até conseguir a guarda definitiva do filho.

Foi um processo muito demorado. Você espera, vai lá e nada, não chega o seu dia. Você sonha com esse dia. Você está querendo e começa a se preparar, mas o dia não chega. É muito difícil, lembra.

No entanto, hoje ela afirma que valeu a pena enfrentar todo esse desgaste. É tudo de bom. É muito amor que você recebe, é muito amor que você dá. E essa troca de amor só faz bem para a gente, garantiu.

Eu, por exemplo, chegava lá e não escolhia sexo, não escolhia nada. Eu queria o meu filho, porque eu acredito que é uma coisa de Deus. Eu acredito que aquele momento que o telefone toca e falamos o seu filho está aqui é o momento que eu estou lá na maternidade e meu filho saiu, completou.

A empresária conta que, mesmo já tendo duas filhas biológicas, falou mais alto o desejo de adotar uma criança. Eu sempre tive esse sonho. Tenho duas filhas biológicas e tinha muita vontade de adotar. Eu ia às vezes na casa de passagem e via crianças lá crescendo sem família. E aqui tinha amor sobrando e lugar sobrando para ter uma, duas ou mais crianças, afirmou.

Adoção é tudo para essas crianças. Quem já teve a oportunidade de visitar um abrigo vê o quanto elas pedem: Você quer me adotar? Eu quero ter uma família . Muda muito essas crianças. Crianças que, às vezes, estavam inquietas nos abrigos e se aquietam nas casas. Crianças, às vezes, que tinham alguma deficiência ou doença e têm uma melhora exponencial depois que são adotadas. Então adoção é quase um milagre que acontece com essas crianças e extremamente necessário, porque a gente precisa tirar essas crianças desses abrigos , frisou o psicólogo.

Site:

<https://novo.folhavoria.com.br/geral/noticia/05/2019/dia-nacional-da-adocao-quase-160-criancas-e-adolescentes-aguardam-uma-nova-familia-no-es>

40% das pessoas que já adotaram criança ou jovem querem mais

THIAGO BASTOS *Da equipe de O Estado*

Dados da Vara da Infância e da Juventude de São Luís apontam que 40% das pessoas que já adotaram uma criança ou adolescente na cidade querem uma nova adoção. De acordo com informações da Justiça, 101 pessoas pretendem adotar na capital maranhense. No total, 21 pessoas esperam para serem adotadas na cidade.

Esse dado segue tendência de grande procura pela adoção no país. Em todo o Brasil, ainda de acordo com dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) - lançado em 2008 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o auxílio dos juizes das Varas da Infância e da Juventude -, 45.990 pessoas pretendem adotar. Destas, 13,3% (ou 6.118 pessoas) residem na Região Nordeste.

Este público "disputa" atualmente 1.392 crianças e adolescentes cadastrados para a adoção. Ainda no país, 6.802 pessoas pretendem adotar crianças ou jovens "somente de raça branca", conforme cita modelo de perfil que deve ser preenchido pelo pretendente durante a formalização do pedido de adoção. Apenas 364 pretendentes desejam adotar crianças ou jovens somente de "raça negra".

Aproximadamente 9,5 mil crianças e adolescentes estão cadastrados para adoção. Destes jovens, 4.750 registrados foram declarados de "raça parda". Outras 3.150 jovens são de "raça branca". 1.581 crianças e adolescentes cadastrados para adoção foram declarados de "raça negra".

Quanto à faixa etária, de acordo com dados do CNA, 74% (ou 34.073) dos pretendentes brasileiros requerem a adoção de crianças de 1 a 5 anos de idade. Destes, a maioria - 8.330 pretendentes - deseja a adoção de crianças com até 3 anos. Segundo o Conselho, 11.917 pretendentes desejam a adoção de crianças de 6 a 17 anos e 11 meses de idade.

História de sucesso

Uma das mães que alimenta ainda o desejo de nova adoção é Elis Ramos, jornalista que compartilhou com O Estado a sua história de vida. Ela esperou por alguns anos para ter, digamos, a sua família completa. Atualmente, seu "sustento" psicológico tem dois

nomes: Berenice e João Gabriel.

Ela - em comum acordo com o marido, à época - tomou a decisão de adotar uma criança. "Foi uma decisão tomada após muita conversa, mas quando botei na cabeça que queria. Só ia parar depois de conseguir!", afirmou.

No primeiro contato com Berenice (em 2013), quando era apenas uma bebê de 10 meses, a certeza de que ali se estabelecia uma relação para sempre. "Quando eu olhei pela primeira vez para ela, sabia que ali nunca mais a esquecería Ela me deu um sorriso tão gostoso", disse.

Após a promoção do curso obrigatório para a requisição da criança, em 2014, a emoção inesquecível de passar o Dia das Mães com a filha. "A Justiça autorizou para que eu a pudesse levar para casa num dia tão especial. Eu jamais esqueceré!", disse.

Com os primeiros contatos positivos, restou à Justiça chancelar a nova relação e autorizar a guarda definitiva para Elis. Antes de requerer a primeira adoção, a jornalista precisou "preparar" a família. "Como não sabia a reação de todos, precisei inicialmente conversar com outras pessoas. É preciso destacar que a criança, quando é acolhida pela família, não é somente acolhida por pai ou mãe. Mas esse processo envolve outras pessoas também", disse.

Depois do "chocolatinho", veio o "leitinho"

Não, não se trata de preconceito! É desta forma que a Berenice (cuja cor da pele é predominantemente negra) se refere ao irmãozinho dela (cuja cor da pele é branca), também fruto de processo de adoção. A junção das histórias de Berenice, Elis e João Gabriel (uma fofura por sinal!) perpassa por dificuldades sociais.

A família biológica de João Gabriel é da cidade maranhense de Buriti - distante 320 quilômetros de São Luís - e alegava não dispor de condições para criar o jovem. "Quando soube desta história, não pensei duas vezes: vou criar o João!", disse. A mesma espera longa, o mesmo curso e tempos mais tarde, o desfecho: a Justiça também autorizou a adoção.

A chegada de João Gabriel à família de Elis foi "a cereja" do bolo. E pode vir mais por aí. "Ainda penso em adotar outra criança", disse a reticente Elis, que pondera fatores, como tempo gasto no trabalho e condição financeira para tomar essa nova decisão.

"Nome social" e "nome oficial"

Ao ser reconhecida como da família de Elis, Berenice passou por uma prova de compreensão da unidade de ensino em que a mãe a matriculou. A escola reconheceu o nome Berenice, mesmo ciente de que, no documento ainda preliminar e original da criança, constava na verdade o nome Lorena. Ou seja, Berenice (nome social) era reconhecida nos autos como Lorena (nome oficial). "Foi difícil, pois não é qualquer escola que aceita", disse Elis Ramos.

A coordenadora pedagógica da escola, Hellany Pereira, disse que a compreensão para reconhecer os dois nomes faz parte de uma política da instituição de quebrar o preconceito que ainda existe sobre o tema. Atualmente, dos 184 alunos matriculados no local, 5% são adotados. "A escola estimula, por meio de atividades em sala de aula, o estímulo à quebra do paradigma da adoção", disse.

Uma destas "sacadas" foi a caixa surpresa. Era uma espécie de dinâmica em que os alunos eram orientados a, dentro de uma caixa, trazer um objeto de grande valor sentimental. "A minha filha, Berenice, pediu para colocar a primeira foto tirada dela assim que chegou em casa. Ela mesma contou aos coleguinhas a sua história, sobre como deram ela para a mamãe", afirmou Elis.

SAIBA MAIS

Sobre o Cadastro Nacional de Adoção

Ferramenta da Corregedoria do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)** é considerado fundamental para o auxílio aos juizes das Varas da Infância e da Juventude na condução dos procedimentos dos processos do gênero em todo o país.

O CNA tem como base o modelo criado pelo **Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)** e objetiva "colocar a criança" ou jovem como "sujeito principal do processo". Além das crianças aptas à adoção, o sistema também traz informações acerca do antigo Cadastro

Nacional de Crianças Acolhidas (**CNJ**), anteriormente referência usada pelo **CNJ**.

Documentos necessários para quem requiere uma adoção

Identidade

CPF

Certidão de casamento ou nascimento

Comprovante de Residência Comprovante de Rendimentos ou declaração equivalente Atestado ou declaração médica de sanidade física e mental

Certidões cível e criminal

Fònte: conselho Nacional de Justiça

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2019/05/25/#primeiro-caderno/pagina/1>

Em 11 anos, mais de 12 mil adoções são contabilizadas; 9,5 mil crianças na espera (DIREITOS HUMANOS)

O Sistema Integrado do **Cadastro Nacional de Adoção** (CNA) completou hoje (29) 11 anos de criação, tendo já realizado mais de 12 mil adoções. Criado pela Resolução 54/2008, do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, o cadastro tem atualmente 45.923 pretendentes cadastrados e 9.566 crianças e adolescentes disponíveis.

De acordo com o **CNJ**, desde o início do sistema, o número de adoções foi crescente. No primeiro ano de funcionamento, o cadastro viabilizou 82 adoções. No ano passado, foram efetivadas mais de 2 mil.

O CNA, criado com a finalidade de consolidar dados de todas as comarcas do Brasil referentes a crianças e adolescentes disponíveis para adoção, assim como dos pretendentes, é alimentado diariamente por juízes e pelas Corregedorias-Gerais da Justiça.

O acesso é público ao sistema para informações que não sejam sigilosas, como dados sobre volume de pretendentes, crianças e instituições acolhedoras, por exemplo.

O acesso pode ser feito em <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/cadastro-nacional-de-adocao-cna> ou em <https://sistemas.tjes.jus.br/sigacna>, clicando em "estatísticas públicas".

Site: <https://www.issoenoticia.com.br/artigo/em-11-anos-mais-de-12-mil-adocoes-sao-contabilizadas-9-5-mil-criancas-na-espera>

Casal conta como rotina de vida mudou com adoção de irmãos

A casa antes sem crianças, de repente, recebeu duas de uma só vez. E assim a vida do casal Rayssa e Danilo Farias foi transformada com a chegada de Anderson e Akira, irmãos que foram adotados por eles. A decisão do casal de adotar irmãos foi na contramão da maioria dos inscritos no **Cadastro Nacional de Adoção**, em que 61,9% dos adotantes declararam não querer irmãos.

Danilo conta que Anderson e Akira têm um vínculo muito forte e uma separação seria um trauma para eles. Com apenas três anos, o menino já se preocupava com a irmã, diante da ausência de atenção da família biológica. No abrigo, a preocupação com Akira continuou e ele chegava a guardar sobremesa para a irmã.

"Sabemos que irmãos são pontos de apoio e a história dos dois é muito bonita. Ele tinha essa relação de cuidado com ela e levou para o abrigo. Ele estava assumindo um papel que não é de criança. Tivemos um trabalho para que o Anderson nos deixasse cuidar deles dois. Recomendo a adoção de irmãos porque é muito bonita a vinculação", relatou Danilo, neste Dia Nacional da Adoção, 25 de maio.

O casal Danilo e Rayssa também fugiu do perfil mais procurado pelos pretendentes ao adotar crianças negras e com idade um pouco mais avançada - Anderson tinha quatro anos e meio. Dados do **Cadastro Nacional de Adoção**, vinculado ao **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, mostram que o perfil indicado pelos adotantes é principalmente de crianças recém-nascidas, com um, dois ou três anos de idade e brancas. São 43% os que querem crianças de até 3 anos e 14,7% aceitam somente crianças brancas.

Trâmites legais

Danilo e Rayssa esperaram quatro anos pela chegada de Anderson e Akira que foram adotados com, 2 anos e 4 anos, respectivamente. Ao longo desse período, apresentaram os documentos necessários para o processo de adoção, fizeram um curso e receberam a visita de assistente social para, só então, serem considerados aptos a entrar no cadastro de adoção. Danilo conta que não esquece a emoção do momento em que recebeu a ligação com o chamado para ir à vara de infância.

"Eles estão com a gente há cerca de três anos e mudaram toda a rotina, mudam os móveis da casa, as atividades que a gente faz, que hoje são voltadas pra eles, e é uma experiência muito boa, de muito aprendizado. São crianças muito carinhosas, muito espertas. Não consigo imaginar minha vida sem eles", diz Danilo.

> Adoção: sistema dá agilidade ao conectar perfis de criança e família

Também não faltam desafios como aprender a lidar com a adaptação comum ao processo de adoção e com as birras e questionamentos típicos da idade. "São crianças colocadas em um mundo muito diferente do que elas viveram e que a família que adota precisa saber lidar para que elas tenham o melhor desenvolvimento possível", conta.

Perfil e Espera

Os números do **CNJ** mostram que, atualmente, existem 46.002 pessoas interessadas em adotar e 9.514 crianças e adolescentes aptos para serem adotados. De acordo com o **CNJ**, apesar de haver tantas pessoas interessadas em adotar, a demora no procedimento se deve, em boa parte, ao perfil indicado pelos adotantes.

O advogado Hugo Damasceno Teles, representante da ONG Aconchego, de Brasília, e da Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (Angaad), diz que essa conta não fecha por tratar do desejo e da capacidade das pessoas. "Temos que ter cuidado com o que desejamos e com o que damos conta. Acredito que muitos não conseguem enfrentar a adoção de crianças mais velhas e irmãos", avalia.

> Fila, perfil desejado e cadastro no trajeto para efetivar adoção

Hugo Damasceno fala sobre o tema com a experiência de quem adotou duas crianças. Ele conta que, inicialmente, ele e a esposa preencheram o cadastro de adoção em busca de um bebê branco, com características semelhantes às do casal. Após começarem frequentar um grupo de apoio à adoção chamado Aconchego, no Distrito Federal, eles perceberam que conseguiriam lidar com uma situação

diferente.

"Quando começamos a ir no grupo de apoio nos fortalecemos e vimos que conseguiríamos ir até um pouco além. Hoje temos crianças negras e vemos os olhares nas ruas. O grupo de adoção me fortaleceu para o enfrentamento de escrever na minha testa, sou pai por adoção", relata.

Avanços na legislação

O advogado diz que houve avanços nos últimos anos que contribuíram para tornar mais célere o processo de adoção como a Lei 12.010 de 2009 que criou o cadastro nacional de adoção e a Lei 13.509 de 2017 que estabeleceu prazos para a definição da situação das crianças que estão em abrigos.

Mesmo assim, continuam frequentes as queixas sobre demora no processo de adoção. Hugo Damasceno Teles disse que, além de mudança na lei, é preciso que haja também avanços na infraestrutura e pessoal nas varas de infância e juventude.

"Não tem equipe técnica multidisciplinar suficiente, é muito pouca gente. Esse pessoal que vai no abrigo verificar a situação da criança, vai no abrigo, analisa a vida dos candidatos. É muito trabalho", explicou.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2019/05/casal-conta-como-rotina-de-vida-mudou-com-adoacao-de-irmaos-1014182572.html>

Desfile de crianças aptas a adoção repercute na mídia internacional

Foto: Divulgação/OAB

Um desfile protagonizado por crianças e adolescentes aptos para adoção em um shopping de Cuiabá causou polêmica nesta semana. O evento "Adoção na passarela" foi alvo de críticas da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da **Defensoria Pública** Estadual e repercutiu nas redes sociais e na imprensa internacional. Publicações de Alemanha, França, Reino Unido e Espanha afirmaram que o evento causou indignação e foi comparado a leilões de escravos ou gado.

A segunda edição do evento "Adoção na passarela", organizado pela Associação Matogrossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara) em parceria com a Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), ocorreu na terça-feira (21/05).

Dezoito adolescentes aptos para adoção, juntamente com um padrinho ou uma madrinha da Ampara, e 13 pais junto com seus filhos já adotados percorreram a passarela de uma área no Pantanal Shopping. Na plateia, candidatos a pais e o público comum observavam o evento.

O desfile havia recebido o aval de juízes das varas da Infância e Juventude de Cuiabá e Várzea Grande. A Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da **OAB**-MT e a Ampara divulgaram uma nota de esclarecimento afirmando que nunca foi objetivo do evento apresentar crianças e adolescentes a famílias para a concretização da adoção e que nenhuma família ou adolescente foi obrigado a participar do desfile.

"A falta de interessados na chamada 'adoção tardia' faz com que seja urgente a adoção de medidas como a Semana da Adoção, que tornam público esse problema social", disse a nota.

Veja a repercussão na mídia internacional:

Der Spiegel : "Shopping exhibe crianças para adoção"

No Brasil, um desfile de crianças para adoção realizado num shopping causou indignação. Os internautas compararam o evento "Adoção na passarela" com leilões de escravos ou gado.

"Estão sendo vendidos animais ou escravos?", perguntou um usuário do Facebook. "Vergonhoso. É como uma exibição de crianças na forma de um mercado de gado", escreveu outro. "Como escravos - já mostraram os dentes?", indagou outro usuário da rede social.

Alguns usuários da internet também defenderam a campanha. "Esses desfiles de moda tornaram possível mudar a vida de muitos meninos e meninas", argumentou um usuário do Facebook.

Daily Mail : "Órfãos são forçados a desfilarem diante de potenciais pais adotivos num desfile de adoção comparado a um mercado de escravos"

Um "desfile de adoção", que viu órfãos de apenas quatro anos desfilando diante de pais adotivos em potencial, foi comparado a um mercado de escravos em meio a uma efusão de fúria pública. A agência local de adoção descreveu o evento como "uma noite em que os pretendentes - pessoas que estão aptas para adotar - podem conhecer as crianças que são elegíveis para adoção".

Mas o espetáculo de órfãos sendo forçados a posar na passarela foi alvo de críticas, com alguns até mesmo comparando o tratamento dado às crianças ao esperado para animais ou escravos.

Eduardo Mahon, advogado do Mato Grosso, escreveu: "As crianças na passarela para pretendentes ver o quão bonitas, simpáticas e desvoltas são, parece-me uma antiga feira de escravos, onde os senhores viam os dentes e o corpo dos africanos para negociar o lance."

El País : "Polêmica no Brasil por um desfile para a adoção de crianças"

O ato [...] foi comparado com a venda de gado e escravos. [...] O evento tem sido duramente criticado nas redes sociais. "No Brasil de @jairbolsonaro já se pode ir a um centro comercial e comprar sapatos, bolsas e crianças.", disse o usuário @javisettero no Twitter.

Apesar de o desfile ter sido realizado no início da semana, ainda há muitos que o criticam nesta sexta-feira. Mas nem todos eram contra, embora a maioria o

fosse. Alguns tuítes sublinharam que a iniciativa "era boa para as crianças".

Diante de uma enxurrada de críticas, os organizadores ressaltaram no Facebook que o objetivo nunca foi de apresentar crianças e adolescentes às famílias para alcançar a adoção, embora tenham assegurado que duas das crianças que desfilaram naquele dia conseguiram ser adotadas.

A associação de advogados [OAB] também quis mostrar seu descontentamento com as comparações feitas com o tráfico de escravos: "Um período obscuro de nossa história - a escravidão foi abolida no Brasil em 1888 pela Lei Áurea - que rejeitamos".

Le Monde : "No Brasil, polêmica sobre desfile de crianças esperando por adoção"

Era um desfile de moda organizado num centro comercial. Mas os modelos eram crianças à espera de uma família adotiva. O evento gerou uma polêmica acalorada no Brasil, onde os organizadores foram acusados de reproduzir cenas da venda de escravos ou gado.

A indignação de muitos usuários das redes sociais levou os organizadores a reagir, afirmando em particular que nenhuma criança tinha sido forçada a participar [do evento]. "Nunca tivemos o objetivo de apresentar as crianças às famílias para adoção", escreveram na sua conta no Facebook. "Repudiamos qualquer tipo de distorção do evento associando-o a períodos sombrios de nossa história."

Mais de 9.500 crianças e adolescentes estão esperando por uma família adotiva no Brasil.

FC/ots

Um desfile protagonizado por crianças e adolescentes aptos para adoção em um shopping de Cuiabá causou polêmica nesta semana. O evento "Adoção na passarela" foi alvo de críticas da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da **Defensoria Pública** Estadual e repercutiu nas redes sociais e na imprensa internacional. Publicações de Alemanha, França, Reino Unido e Espanha afirmaram que o evento causou indignação e foi comparado a leilões de escravos ou gado.

A segunda edição do evento "Adoção na passarela", organizado pela Associação Matogrossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara) em parceria com a Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Mato Grosso (OAB-MT), ocorreu na terça-feira (21/05).

Dezoito adolescentes aptos para adoção, juntamente com um padrinho ou uma madrinha da Ampara, e 13 pais junto com seus filhos já adotados percorreram a passarela de uma área no Pantanal Shopping. Na plateia, candidatos a pais e o público comum observavam o evento.

O desfile havia recebido o aval de juízes das varas da Infância e Juventude de Cuiabá e Várzea Grande. A Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT e a Ampara divulgaram uma nota de esclarecimento afirmando que nunca foi objetivo do evento apresentar crianças e adolescentes a famílias para a concretização da adoção e que nenhuma família ou adolescente foi obrigado a participar do desfile.

"A falta de interessados na chamada 'adoção tardia' faz com que seja urgente a adoção de medidas como a Semana da Adoção, que tornam público esse problema social", disse a nota.

Veja a repercussão na mídia internacional:

Der Spiegel : "Shopping exhibe crianças para adoção"

No Brasil, um desfile de crianças para adoção realizado num shopping causou indignação. Os internautas compararam o evento "Adoção na passarela" com leilões de escravos ou gado.

"Estão sendo vendidos animais ou escravos?", perguntou um usuário do Facebook. "Vergonhoso. É como uma exibição de crianças na forma de um mercado de gado", escreveu outro. "Como escravos - já mostraram os dentes?", indagou outro usuário da rede social.

Alguns usuários da internet também defenderam a campanha. "Esses desfiles de moda tornaram possível mudar a vida de muitos meninos e meninas", argumentou um usuário do Facebook.

Daily Mail : "Órfãos são forçados a desfilarem diante de potenciais pais adotivos num desfile de adoção comparado a um mercado de escravos"

Um "desfile de adoção", que viu órfãos de apenas quatro anos desfilando diante de pais adotivos em potencial, foi comparado a um mercado de escravos em meio a uma efusão de fúria pública. A agência local de adoção descreveu o evento como "uma noite em que os pretendentes - pessoas que estão aptas para adotar - podem conhecer as crianças que são elegíveis para adoção".

Mas o espetáculo de órfãos sendo forçados a posar na passarela foi alvo de críticas, com alguns até mesmo

comparando o tratamento dado às crianças ao esperado para animais ou escravos.

Eduardo Mahon, advogado do Mato Grosso, escreveu: "As crianças na passarela para pretendentes ver o quão bonitas, simpáticas e desvontadas são, parece-me uma antiga feira de escravos, onde os senhores viam os dentes e o corpo dos africanos para negociar o lance."

Foto: Divulgação/OAB

El País : "Polêmica no Brasil por um desfile para a adoção de crianças"

O ato [...] foi comparado com a venda de gado e escravos. [...] O evento tem sido duramente criticado nas redes sociais. "No Brasil de @jairbolsonaro já se pode ir a um centro comercial e comprar sapatos, bolsas e crianças.", disse o usuário @javisetero no Twitter.

Apesar de o desfile ter sido realizado no início da semana, ainda há muitos que o criticam nesta sexta-feira. Mas nem todos eram contra, embora a maioria o fosse. Alguns tuítes sublinharam que a iniciativa "era boa para as crianças".

Diante de uma enxurrada de críticas, os organizadores ressaltaram no Facebook que o objetivo nunca foi de apresentar crianças e adolescentes às famílias para alcançar a adoção, embora tenham assegurado que duas das crianças que desfilaram naquele dia conseguiram ser adotadas.

A associação de advogados [OAB] também quis mostrar seu descontentamento com as comparações feitas com o tráfico de escravos: "Um período obscuro de nossa história - a escravidão foi abolida no Brasil em 1888 pela Lei Áurea - que rechaçamos".

Le Monde : "No Brasil, polêmica sobre desfile de crianças esperando por adoção"

Era um desfile de moda organizado num centro comercial. Mas os modelos eram crianças à espera de uma família adotiva. O evento gerou uma polêmica acalorada no Brasil, onde os organizadores foram acusados de reproduzir cenas da venda de escravos ou gado.

A indignação de muitos usuários das redes sociais levou os organizadores a reagir, afirmando em particular que nenhuma criança tinha sido forçada a participar [do evento]. "Nunca tivemos o objetivo de apresentar as crianças às famílias para adoção", escreveram na sua conta no Facebook. "Repudiamos qualquer tipo de distorção do evento associando-o a períodos sombrios de nossa história."

Mais de 9.500 crianças e adolescentes estão esperando por uma família adotiva no Brasil.

FC/ots

A Deutsche Welle é a emissora internacional da Alemanha e produz jornalismo independente em 30 idiomas.

Site: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/desfile-de-criancas-aptas-a-adocao-repercute-na-midia-internacional/>

Gasto com servidor já é maior que no ano passado

Segundo dados do Tribunal de Contas do Estado, alta na folha de pagamento foi de 7% em abril deste ano, na comparação com 2018

Caroline Freitas
Ivy Coutinho

Nem mesmo o rombo da Previdência estadual impediu o aumento dos gastos com servidores que, em abril deste ano, teve crescimento de 7% em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo dados do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES).

E, até mesmo quando os órgãos públicos não contratam, ocasionais reajustes salariais acabam engrandecendo as folhas mensais de pagamento.

No Poder Executivo, por exemplo, os gastos com pessoal saltaram de R\$ 5,34 bilhões em abril de 2018 para R\$ 5,73 bilhões no mesmo mês deste ano.

A variação, de 7,16%, foi provocada, entre outros fatores, pelo pagamento do piso do magistério e de valores retroativos, além da concessão de promoções e progressões aos servidores públicos, previstas nas leis de cada carreira, entre outros motivos.

O Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) registrou um aumento de 11,07% nos gastos com servidores nessa mesma base de comparação, passando de R\$ 209,6 milhões para R\$ 232,8 milhões.

O órgão foi procurado pela reportagem, via e-mail, para esclarecimentos sobre a alta, mas não retornou o contato até o fechamento desta edição.

Já a Assembleia Legislativa do Estado, que teve uma variação de 8,75%, informou, por meio de nota, que não houve aumento de gastos no período. Segundo a Ales, o que aconteceu foi uma série de aportes (incluções) que até então não eram feitas pelo TCE-ES, como o Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), criado pela Assembleia em 2018.

O TCE-ES teve a variação mais alta do período: 12,21%. Alguns motivos são a revisão geral anual de 5% concedida em abril de 2018 para todos os servidores e o aumento aprovado para o Supremo Tribunal Federal (STF), de 16,38%, que repercutiu para os membros da Corte de Contas, a partir de novembro de 2018.

O mesmo aumento acabou colaborando para o crescimento de gastos do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), que teve variação de 8,27% no período.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO concedeu revisão anual de 5%, em abril de 2018, para todos os servidores

SAIBA MAIS

Comparativo das folhas de pagamento

Assembleia Legislativa do Estado (Ales)

- > ABRIL DE 2018: R\$ 150,3 milhões.
- > ABRIL DE 2019: R\$ 163,4 milhões.
- > NÃO HOUVE aumento de salários e nem a criação de cargos.
- > JUSTIFICATIVA: aportes que não eram feitos pelo TCE-ES, como pagamento do abono natalino e despesas com títulos previdenciários.

Poder Executivo

- > ABRIL DE 2018: R\$ 5,34 bilhões.
- > ABRIL DE 2019: R\$ 5,73 bilhões.
- > HOUVE PAGAMENTO do piso do magistério e de valores retroativos.
- > PAGAMENTO de indenização fardamento/uniforme, entre outros.

Ministério Público (MP-ES)

- > ABRIL DE 2018: R\$ 209,6 milhões.



ASSEMBLEIA: novos aportes

- > ABRIL DE 2019: R\$ 232,8 milhões.
- > NÃO justificou o aumento.

Tribunal de Contas (TCE-ES)

- > ABRIL DE 2018: R\$ 99,9 milhões.
- > ABRIL DE 2019: R\$ 112,1 milhões.
- > REVISÃO GERAL anual de 5% concedida em abril de 2018 aos servidores.
- > REENQUADRAMENTO de auditores e de analistas administrativo-financeiro; entre outros.

Tribunal de Justiça (TJ-ES)

- > ABRIL DE 2018: R\$ 699,6 milhões.
- > ABRIL DE 2019: R\$ 757,5 milhões.
- > AUMENTO aprovado para membros do STF, de 16,5%, que repercutiu para os membros da Corte, em 2018; entre outros motivos.

Fontes: TCE-ES e órgãos citados.

Rombo milionário na previdência



CÁLCULO: mudança no fundo

Entre janeiro e abril deste ano, o Estado acumulou um rombo previdenciário de R\$ 542,3 milhões impulsionado, principalmente, pelo fundo financeiro. Os dados são do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES).

O déficit nessa modalidade de contribuição foi de R\$ 757,3 milhões. Em parte, isso se deve ao fato de que o fundo arca com o pagamento dos benefícios previdenciários de servidores estaduais sem

capitalização de recursos, legando ao caixa do Tesouro a cobertura de eventuais insuficiências.

O rombo total da previdência pública do Estado só não foi maior porque o fundo previdenciário, instituído sob regime de capitalização para os servidores efetivos que ingressaram no serviço público a partir de 26 de abril de 2004, alcançou um superávit de pouco mais de R\$ 215 milhões.

VITOR VOGAS PRAÇA OITO



VVOGAS@REDEGAZETA.COM.BR TEL: 3321-8319

LEIA.AG/VITORVOGAS

Vandinho vs. governo por causa de projeto

Recém-lançado pelo governo Casagrande, o programa Qualificar ES, voltado para a capacitação profissional de pessoas de baixa renda, é mais um dos nós górdios da corda esticada entre o governo e um terço da Assembleia Legislativa neste momento. Entre os dez deputados rebelados, quem sobressai nas críticas ao Executivo por causa do programa é Vandinho Leite (PSDB).

Como chefe da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secti) de 2017 a 2018, Vandinho foi o coordenador do programa Oportunidades, espécie de antepassado do Qualificar ES. E, naturalmente, colheu dividendos político-eleitorais por isso.

Agora, porém, Vandinho foi preterido por Casagrande no desenvolvimento do novo programa. Em 11 de março, durante sabatina do governador na Assembleia, o deputado chegou a lhe pedir direta e publicamente para ser incluído nas discussões – no que foi sumariamente ignorado.

É bom lembrar que Casagrande voltou ao Palácio Anchieta anunciando um governo de ruptura política total, o que na prática significou, por exemplo, não aproveitar nenhum quadro do governo Paulo Hartung no primeiro e no segundo escalões. Vandinho pertenceu à equipe de Hartung. Casagrande não tinha o

menor interesse em lhe dar protagonismo na formulação e no lançamento do novo programa. A indiferença foi um dos principais fatores que levaram o tucano a guinar para um movimento de quase oposição a Casagrande na Assembleia, formado hoje por dez deputados, sendo Vandinho claramente um dos cabeças.

Em sessão plenária no dia 7 de maio, Vandinho chegou a declarar que a única diferença do Oportunidades para o Qualificar ES é o nome e que o programa de Casagrande seria mera "reedição" do de Hartung. Argumentou que até os professores que ministrarão os cursos no Qualificar ES são os mesmos contratados em sua gestão na Secti. "Até o processo seletivo quem fez foi o Vandinho Leite. (...) Af eles falam que aumentou 20 horas de carga horária e que mudou o curso. É brincadeira, é uma vergonha! (...) Eu gostaria de dizer ao governo: é plágio, sim. Só deveria admitir isso. Até os professores são os mesmos." Ainda segundo o deputado, o Oportunidades oferecia às comunidades cursos de 40, 60 e 80 horas.

Perguntamos, então, à atual secretária de Ciência e Tecnologia, a professora Cristina Engel, quais são as diferenças

fulcrais entre os dois programas. Segundo ela, o MEC determina carga horária mínima de 120 horas para cursos de qualificação, sendo que o ideal são pelo menos 160. "O Oportunidades tem algumas coisas muito boas, que nós aproveitamos. A secretaria também é de Educação Profissional. O MEC determina uma quantidade de horas mínimas: 120 é aceito, 160 é o ideal. Então, sendo a secretaria também de Educação, temos que fazer nosso papel, que é educação. E aí não dá para fazer educação em cursos tão curtos. Só que os cursos curtos (aqueles de 30, 40 horas) também são importantes para a sociedade. Mas têm que ser feitos por outra secretaria. Pode ser a de Trabalho e Assistência ou a de Direitos Humanos."

Em simultâneo, completa a secretária, durante essa etapa de transição, a Secti continuará oferecendo alguns cursos de curta duração, voltados sobretudo para a comunidade socioeducativa: adolescentes internados nas unidades do Iases.

O tenente-coronel Rogério Fernandes Lima, ex-presidente da Assomes, está na fase final do processo seletivo do Renova BR Cidades, voltado à formação de candidatos a prefeito e vereador em 2020.



Davi x Roberto Martins

Na oposição ao prefeito Luciano Rezende (PPS), os vereadores Davi Esmael (PSB) e Roberto Martins (PTB) convergem. Mas ambos têm divergido muito em matérias que têm a ver com a separação entre Estado e religião.

Projeto ecumênico

Na Câmara de Vitória, no início de cada sessão, costuma ser feita a leitura de um trecho bíblico. Presbiteriano (logo cristão), Martins apresentou projeto de resolução para que essa leitura pudesse ser aberta a todas as religiões e não apenas às cristãs – de acordo com a crença de cada vereador. O raciocínio: como o Estado é laico, não deveria haver leitura religiosa alguma. Mas, já que existe a concessão para as de matriz cristã, que valha também para as demais.

Davi ganha em plenário

Alguns vereadores evangélicos entenderam a proposta como afronta ao cristianismo. Na terça passada, o projeto foi rejeitado em plenário, por 7 votos a 4. Entre os contrários, Davi Esmael.

Martins (e PMV), no TJES

Davi também apresentou projeto na linha do Escola sem Partido, proibindo "divulgação de pornografia" nas escolas municipais, af incluídas obras de arte que contenham nu humano ou referência ao ato sexual. Martins deu o único voto contrário ao projeto, aprovado em plenário. O prefeito vetou-o e, mesmo sendo da oposição, Martins votou sozinho pela manutenção do veto, derrubado pelos colegas. Assim nasceu a lei municipal nº 9.396/2019. A prefeitura moveu Ação Direta de Inconstitucionalidade contra ela. Na quarta, o TJES deu liminar suspendendo a aplicação da Lei Davi até análise do mérito.

DECISÃO JUDICIAL

Vereador que foi afastado receberá salários na Serra

Investigado pelo MPES, Nacib Haddad teve o subsídio de R\$ 9.208 garantido por juíza

✦ **MAÍRA MENDONÇA**
mmendonca@redgazeta.com.br

O vereador afastado Nacib Haddad (PDT) obteve na Justiça o direito de continuar recebendo seu subsídio mensal de R\$ 9.208,33 durante o período em que não estiver atuando na Câmara da Serra. A Casa garante que recorrerá da decisão.

Nacib está afastado da Câmara desde o dia 16 de abril deste ano por decisão do juiz André Guasti Motta, da 8ª Vara Criminal de Vitória. Em seu lugar, assumiu o suplente Wanildo Sarnaglia (Avante). O pedetista é um dos alvos da Operação Assepsia, do Ministério Público Estadual (MPES), que apontou a existência de um esquema de cartel e fraude em contratações públicas de serviços de limpeza.

Em função disso, ele in-

GUILHERME FERRARI - 08/04/2019



Nacib Haddad foi afastado em abril

gressou na Justiça com um mandado de segurança, no qual solicitou a manutenção de seu subsídio – incluindo a possibilidade de pagamentos retroativos – e também a permanência dos funcionários de seu gabinete, a fim de que não fossem exonerados.

Em sua decisão, a juíza da Vara da Fazenda Pública Municipal da Serra, Telmelita Guimarães Alves, afirma que na decisão do afastamento não existe nenhuma determinação quanto à suspensão do salário e, portanto, ela seria ilegal.

Justiça autoriza pagamento de salário a vereador da Serra afastado

O vereador afastado Nacib Haddad (PDT) obteve na Justiça o direito de continuar recebendo seu subsídio mensal de R\$ 9.208,33 durante o período em que não estiver atuando na Câmara da Serra. A Casa, por outro lado, garante que recorrerá da decisão.

Nacib está afastado da Câmara desde o dia 16 de abril deste ano por decisão do juiz André Guasti Motta, da 8ª **Vara Criminal de Vitória**. Em seu lugar,

assumiu o suplente Wanildo Sarnaglia

(Avante). O pedetista é um dos alvos da

Operação Assepsia

, do **Ministério Público** Estadual (MPES), que apontou a existência de um esquema de

cartel

e fraude em contratações públicas de serviços de limpeza.

Em função disso, ele ingressou na Justiça com um mandado de segurança, no qual solicitou a manutenção de seu subsídio - incluindo a possibilidade de pagamentos retroativos - e também a permanência dos funcionários de seu gabinete, a fim de que não fossem exonerados.

Em sua decisão, a juíza da **Vara da Fazenda Pública Municipal** da Serra, Telmelita Guimarães Alves, afirma que na decisão do afastamento não existe nenhuma determinação quanto à suspensão do salário e, portanto, ela seria ilegal.

É que o afastamento cautelar do agente público/político não pode implicar em suspensão dos vencimentos, seja por ausência de previsão legal neste sentido, seja porque o titular de cargo público/político não pode ser prejudicado enquanto não houver decisão definitiva acerca de sua eventual responsabilidade sobre os fatos apurados, explicou a juíza em um dos trechos do documento.

No entanto, Telmelita negou o pedido para que os empregos dos comissionados de Nacib fossem mantidos, já que o Regimento Interno da Casa prevê

que a livre nomeação ou exoneração de comissionados deve ficar a cargo do presidente da Câmara, neste caso, Rodrigo Caldeira (Rede). Os funcionários já foram exonerados.

Segundo informado pela Câmara e confirmado por Nacib, não há pagamento retroativo a ser feito para o pedetista, que continuará recebendo seus subsídios. Mas a Câmara promete recorrer da determinação, justamente porque a decisão que levou ao afastamento do vereador também não determinava a manutenção do pagamento.

Nacib, por outro lado, pretende doar seus rendimentos, neste primeiro mês, aos seus funcionários que foram exonerados e que, segundo ele, não receberam seus salários do mês de abril integralmente. Depois disso, passará a doá-lo para instituições.

Eu não acho justo receber sem trabalhar, moralmente não acho correto, diz ele, que tem emprego em uma empresa e também é empresário.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2019/05/justica-autoriza-pagamento-de-salario-a-vereador-da-serra-afastado-1014182439.html>

Novo prefeito interino de Itapemirim deve usar força policial para assumir os trabalhos na Prefeitura

O clima deve ser de tensão nesta segunda-feira (27), em Itapemirim, por conta do afastamento do prefeito interino Tiago Peçanha (PSDB), que terá que ficar fora do cargo por 60 dias. Ele é investigado pela Câmara, em CPI, por indícios de atos de improbidade administrativa. O presidente da Câmara, Mariel Delfino Amaro (PC do B), deve usar de força policial para entrar na sede da Prefeitura e assumir o cargo como prefeito interino.

Peçanha foi afastado do cargo na última sexta-feira, após decisão da Câmara Municipal, em sessão extraordinária. A votação com o resultado foi publicada no mesmo dia no Diário Oficial do Legislativo.

Na última sexta-feira (24), o presidente da Câmara até tentou tomar posse como prefeito interino, mas encontrou as portas da Prefeitura fechadas, já que Peçanha, ao tomar conhecimento de que poderia ser afastado, decretou expediente interno. A Polícia Militar chegou a ser acionada e o caso foi parar na delegacia.

Nesta segunda, novamente, a Polícia Militar deverá ser acionada para que Mariel possa entrar nas dependências do Executivo Municipal e começar os trabalhos como prefeito, é o que adiantou com exclusividade ao AQUINOTÍCIAS.COM o vereador Leonardo Fraga, o "Patinho" (DEM), que foi o responsável por pedir o afastamento de Thiago Peçanha.

"Na última sexta-feira foi lavrado um boletim de ocorrências sobre o caso. Já foi feito um ofício e encaminhado para a 9ª Cia Independente da PM para que seja utilizada a força policial e assim Mariel tome posse como interino. Vamos solicitar amparo judicial também, o **Ministério Público** Estadual tem que estar ciente do que está acontecendo", disse o vereador.

Patinho acusa Peçanha de ter retirado, na última sexta-feira, documentos de vários setores da Prefeitura. "Nesta segunda-feira, testemunhas vão prestar depoimento. Eles viram documentos serem retirados das secretarias de Ação Social, Finanças, Saúde e da sede da PMI. O clima é de muita tensão, pois ele está afirmando que não vai sair da Prefeitura e que ninguém tira ele de lá. Thiago está

desrespeitando o Poder Legislativo", afirmou.

A reportagem tentou contato com Mariel, mas as ligações feitas ao seu celular não foram atendidas.

Decisão sem efeito

Em nota, a assessoria de Peçanha reafirma que ele não reconhece a decisão da Câmara. "A Prefeitura de Itapemirim informa que a decisão da Câmara de Vereadores não produz efeito por si só, uma vez que os atos executados para o afastamento do prefeito em exercício não estão previsto em lei, e até mesmo a votação, sequer obedeceu o regulamento interno da Casa, tornando a decisão nula. Dessa forma, a assessoria jurídica do prefeito ingressou com uma medida cautelar na Vara Cível da Comarca de Itapemirim, apresentando farta documentação acerca do tema", diz nota enviada à redação.

O fato de Thiago Peçanha entrar na Justiça - processo nº 0001624-46.2019.8.08.0026 - com mandado de segurança para continuar no cargo causou estranheza ao vereador Leonardo Fraga. "Thiago está entrando em contradição. Se ele não reconhece a decisão da Câmara, por que ele entrou na Justiça na tentativa de permanecer no cargo?", questiona.

A Justiça, até o fechamento desta edição, não havia dado um parecer no processo impetrado por Peçanha.

A CPI

A CPI apura supostos atos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública em contratos firmados entre o município e o consórcio na área da saúde, o Consórcio Público da Região Expandida Sul.

Assinaram a CPI o presidente da Câmara, Mariel Delfino, o vice-presidente Joceir Cabral de Melo (PP), o secretário da Mesa, João Bechara Neto (PV), além dos vereadores Leonardo Fraga, Rogério da Silva Rocha (PC do B) e Fábio dos Santos Pereira (PSL).

Pelo regimento, o prazo da investigação e afastamento de Thiago Peçanha é de 60 dias, podendo ser

prorrogado por mais 60. Após esse período, se confirmadas as irregularidades, a Câmara deverá cotar a penalidade contra o prefeito interino que até poderá ter o mandato cassado.

Inauguração de obra

Thiago Peçanha, mesmo após tomar conhecimento da decretação de se afastamento cumpriu agenda normalmente na última sexta-feira e tem feito postagens nas redes sociais sobre obras realizadas.

No balneário de Itaipava, acompanhado de cinco vereadores de sua base de apoio, Peçanha inaugurou uma praça.

Na noite de sábado, no Facebook, fez um breve comentário sobre estar sendo perseguido. "O trabalho não pode parar! As perseguições, nós responderemos com muito trabalho e progresso chegando as comunidades. #TrabalhaEConfia", publicou.

Prefeito interino

O vice-prefeito Thiago Peçanha está como interino desde abril de 2017, quando Luciano Paiva (Pros) foi afastado do cargo em decisão da 2ª Câmara Criminal do **Tribunal de Justiça do Estado (TJES)**, a pedido do **Ministério Público** Estadual (MPES), em ação penal pela suposta prática dos crimes de fraude em licitação, falsidade ideológica e formação de quadrilha.

Site: <https://www.aquinoicias.com/?p=206378>

Prefeito afastado em Itapemirim aciona a Justiça para se manter no cargo

Depois de fechar o prédio da prefeitura, participar de eventos oficiais e afirmar que continua à frente do Executivo municipal, na última sexta-feira (24), o prefeito interino de Itapemirim, Thiago Peçanha Lopes (PSDB), acionou a Justiça com um mandado de segurança, para anular o decreto da Câmara de Vereadores que o afastou do cargo.

Em contrapartida, os vereadores se articulam para que o presidente da Câmara, Mariel Delfino Amaro (PCdoB), assuma na próxima segunda-feira (27) as funções, como substituto legal do prefeito afastado. No mesmo dia também tomará posse o novo presidente da Casa, vereador Joceir Cabral de Melo (PP).

Mariel Delfino Amaro foi empossado na última sexta-feira e anunciou que entrará com um recurso na Justiça, a fim de manter a decisão que afastou o prefeito por 60 dias, prazo estabelecido para a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura denúncias de atos ilícitos do prefeito. A manifestação da Justiça é esperada para a próxima segunda-feira.

"Não tem como a CPI prosseguir com o Thiago Peçanha no cargo", afirmou o vereador Leonardo Fraga (DEM), apontando uma série de irregularidades do prefeito, inclusive assédio a servidores e também a vereadores, prometendo cargos e outras vantagens, que poderiam provocar empecilhos às investigações.

Leonardo Fraga destacou que supostas fraudes cometidas pelo prefeito interino estão relacionados ao repasse de verbas para o Consórcio Intermunicipal de Saúde CIM/Expandia Sul. "Os valores são muito altos e os serviços prestados à população não cobrem a demanda", diz.

Somente no final do ano passado, segundo o vereador, o município repassou a quantia de R\$ 1,2 milhão para pagamento de exames. Um valor muito acima do volume de serviços prestados à população.

O Consórcio Intermunicipal de Saúde CIM/Expandia Sul é responsável pela gestão na área de saúde de sete municípios no sul do Estado e alvo de investigações por parte do **Ministério Público** e câmaras municipais, entre elas a de Piúma, município vizinho a Itapemirim. Além de Itapemirim e Piúma, o consórcio atende aos municípios de Anchieta, Alfredo

Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul e Marataízes.

O prefeito afastado era vice do prefeito eleito pelo Pros, Luciano Paiva, que perdeu o mandato em fevereiro deste ano, por envolvimento em casos de corrupção. Paiva já estava afastado do cargo desde abril de 2017.

Luciano Paiva, o Dr. Luciano, foi condenado pelo Tribunal de Justiça a nove anos e um mês de prisão, mas poderá recorrer em liberdade. Ele foi condenado por ilícitos cometidos na contratação de sete shows artísticos e também em um contrato de publicidade firmados pela prefeitura. Somados, os contratos chegam a mais de R\$ 1 milhão.

A abertura da CPI para investigar o atual prefeito foi aprovada pelos vereadores Mariel Delfino e Rogério Costa, do PCdoB; Leonardo Fraga (DEM); Joecir Cabral (PP); João Bechara (PV); e Fábio Santos (PSL).

Site:

<https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/prefeito-afastado-em-itapemirim-aciona-a-justica-para-se-manter-no-cargo>

Acidente na terceira ponte polícia divulga informações sobre as investigações

DANIELA CARLA

TAG: INFRAÇÕES, ACIDENTE DE TRÂNSITO, CNH SUSPensa, INVESTIGAÇÕES, DETRAN, MORTE DE CASAL, POLÍCIA CIVIL, TESTE DO BAFÔMETRO, EMBRIAGUEZ, RACHA, HOMICÍDIO DOLOSO, INQUÉRITO,

Multimídia:

**<http://midia.smi.srv.br/video/2019/05/25/TVGAZETAAFGL>
OBOES-12.18.38-12.22.49-1558800548.mp4**

Prefeito em exercício de Presidente Kennedy exonera secretários; veja novos nomes

O prefeito em exercício de Presidente Kennedy, Dorlei Fontão, exonerou, no final da tarde de quinta-feira (23), três secretários municipais. São eles: José Augusto de Paiva, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Leandro Rainha, Assistência Social; e Miguel Ângelo, Obras.

Dorlei também cumpriu uma determinação judicial para extinção de 10 cargos de Gerente Regional, os chamados "Prefeitinhos". Com isso, nove exonerações foram assinadas por ele, também na quinta-feira, já que dos 10 cargos, nove estavam ocupados, e a modificação no organograma da prefeitura, extinguindo os cargos foi encaminhada para a Câmara Municipal.

Com isso, no lugar de José Augusto, assume a pasta do Desenvolvimento Econômico, Josélio Altoé. Na Assistência Social, a interina é Rejane Fernandes das Neves. O novo titular da Secretaria de Obras será anunciado na próxima semana.

A exoneração foi necessária porque apesar de José Augusto e Leandro Rainha terem sido presos, eles estavam apenas afastados de suas funções por 60 dias, mas com os vencimentos mantidos pela justiça. Miguel foi afastado, pelo mesmo prazo.

A prefeita afastada Amanda Quinta e Leandro Rainha tiveram os pedidos de habeas corpus negados pelo **STJ** na última segunda-feira.

Operação Rubi

O **Ministério Público** Estadual (MPES) deflagrou no dia 8 de maio a Operação Rubi para apurar um esquema de fraudes nas prefeituras de Kennedy, Marataízes, Jaguaré e Piúma.

PORTAL SBN | COM INFORMAÇÕES AQUI
NOTÍCIAS

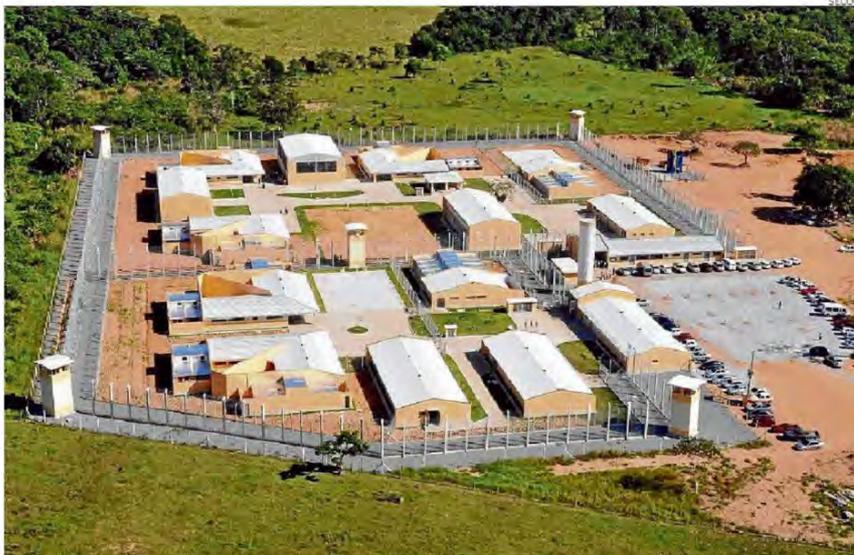
Site: <https://portalsbn.com.br/noticia/prefeito-em-exercicio-de-presidente-kennedy-exonera-secretarios-veja-novos-nomes>

Após decisão para o ES, mais quatro Estados terão de liberar menores

Lotação máxima de unidade de internação passa a ser 119% da capacidade, segundo STF

◀ O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em caráter liminar (provisório), estender a outros quatro Estados a decisão que havia tomado numa petição da Defensoria Pública do Espírito Santo sobre lotação das unidades de internação de adolescentes de Linhares. Assim como no município capixaba, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro vão ter limite para a ocupação desses espaços. A lotação máxima passa a ser 119% da capacidade. Do contrário, uma das alternativas é soltar os internos até se chegar a esse marco.

O processo foi iniciado com um habeas corpus coletivo, apresentado pela Defensoria Pública em 2017. O órgão levava em consideração o fato das unidades de internação provisória e definitiva de Linhares, voltadas a adolescentes que cometeram atos infracionais, funcionarem com o triplo de sua capacidade. Em agosto do ano passado, o ministro Edson Fachin estabeleceu o limite e, a partir de então, 261 adolescentes das regiões Norte e Noroeste do Estado foram soltos, por determinação da Justiça.



Unidades de internação de adolescentes em Linhares: decisão de liberação se estende a outros Estados

Com essa decisão, o Distrito Federal e mais sete - Rio Grande do Sul, São Paulo, Tocantins, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro - solicitaram ingressar no processo. Fachin admitiu o pedido mas, na decisão desta semana, contemplou só quatro Estados por "verificar a existência de identidade entre as situações processuais" com as de Linhares. O julgamento do mérito acontecerá em um mês.

Para Hugo Fernandes Matias, coordenador de Direitos Humanos e Infância e Juventude da Defensoria Pública do Espírito Santo, a decisão para Linhares, que agora se estende a outros Estados, é importante porque racionaliza o ingresso, a permanência e a saída dos adolescentes. "Isso dá fôlego para se ter um sistema de qualidade, que garanta di-

reitos aos adolescentes e permita que tenham, de fato, um processo socioeducativo e com mais chance de se integrarem à sociedade após o cumprimento da medida", avalia.

Em sua opinião, porém, é importante que a decisão também se reflita nas outras unidades do Estado, e não apenas em Linhares.

Responsável pelo processo de liberação dos 261 ado-

lescentes, o juiz da 2ª Vara da Infância e Juventude de Linhares, Carlos Abad, ressalta que, desde a decisão do STF, o acompanhamento é permanente. Na quinta-feira, determinou que uma equipe avaliasse se havia algum adolescente que pudesse progredir, deixando a internação, ou de quem extinguir a medida, pois o limite de 119% havia sido ultrapassado.

ANÁLISE

TAREFA É SOCIALIZAR

◀ "Com todas as unidades praticamente superlotadas, transferir o interno só irá transferir o problema. O que o STF fez é uma medida semelhante à adotada na Califórnia, onde o judiciário também limitou a superlotação. Acho que essa tendência, que começou no sistema carcerário de Linhares, pode, inclusive, chegar no sistema carcerário. A minha avaliação é que se você superlota uma unidade, fica inviável, até impossível de se desempenhar a tarefa de socializar. É claro que a solução não é liberar todos por sorteio de dados. Mas escolher os que estão mais aptos a ter liberdade para tentar medidas alternativas, de forma seletiva."

HENRIQUE HERKENHOFF
 PROFESSOR DO MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA UVV

9 unidades capixabas com lotação acima da capacidade

◀ Administradas pelo Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases), as unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei estão constantemente no limite de sua capacidade. Dos 13 espaços hoje existentes, apenas quatro não têm mais adolescentes do que vagas. Ainda assim, embora o cumprimento do limite de 119% estabelecido pelo STF seja de responsabilidade do Judiciário, a ampliação da oferta de vagas é atribuição do Estado.

O diretor-presidente do Iases, Bruno Pereira Nascimento, diz que está no pla-

nejamento do governo a abertura de 220 vagas, nos próximos quatro anos, em casas de semiliberdade. Essas unidades serão para atender adolescentes que, num primeiro momento, não deveriam ir direto para o regime fechado.

"O maior déficit que temos de vagas é em semiliberdade. Hoje temos 36, enquanto deveríamos ter 240, em torno de um terço do total de vagas e o que é praticado em outros Estados. O Espírito Santo tem menos de 5%", observa.

Bruno Nascimento aponta que o Estado vive uma situação anômala, "com dois

pesos e duas medidas". "A maioria dos crimes praticados é patrimonial (roubo) ou tráfico de drogas. Se fossem maiores de idade, não responderiam imediatamente no regime fechado. No Estado, os maiores ficam no regime semiaberto, enquanto os adolescentes vão direto para a internação. Pelo ato infracional, deveriam ir para as casas de semiliberdade, mas não há vagas", explica.

Até outubro, segundo Bruno, o Iases vai abrir 40 vagas para esse perfil de atendimento, em São Mateus. Mais 180 serão abertas nas regiões Norte, Sul e Grande Vitória até 2022.

A SITUAÇÃO ATUAL E AS VAGAS A SEREM ABERTAS

UNIDADES DO IASES

▶ **760 vagas**
 São 12 unidades mais o Centro Integrado de Atendimento Socioeducativo (Ciase). Decisão do STF, hoje com validade para Linhares, prevê limite de 119% para ocupação. Levantamento de quinta-feira aponta que havia 845 internos no ES e uma unidade excedia o limite. Veja a situação:

▶ Ciase: 28 vagas e 7 adolescentes (25% da capacidade)
 ▶ Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CSE): 90 vagas, 106 adolescentes (118%)

▶ Unidade de Internação Provisória I (Unip I): 60 vagas, 71 internos (118%)
 ▶ Unip II: 60 vagas, 69 adolescentes (115%)
 ▶ Unidade Feminina de Internação (UFI): 36 vagas, 30 internas (83%)
 ▶ Unidade de Internação Socioeducativa (Unis): 60 vagas, 69 adolescentes (115%)
 ▶ Semiliberdade Vila Velha: 20 vagas, 20 adolescentes (100%)
 ▶ Semiliberdade Serra: 16 vagas, 15 adolescentes (94%)
 ▶ Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro): 90 vagas, 107 internos (119%)
 ▶ Unip Norte 60 vagas,

75 adolescentes (125%)
 ▶ Unis Norte 90 vagas, 107 internos (119%)
 ▶ Unip Sul: 60 vagas, 63 adolescentes (105%)
 ▶ Unis Sul: 90 vagas, 106 internos (119%).

NOVAS UNIDADES

▶ **Casas de semiliberdade**
 O governo planeja a abertura de unidades para atender adolescentes que não deveriam ficar em regime fechado. Em outubro, serão abertas 40 vagas em São Mateus.
 ▶ 2020: 40 vagas em Linhares e 20 em Cachoeiro
 ▶ 2021: 40 vagas em Colatina; 20 em Vila Velha
 ▶ 2022: 20 vagas na Serra e 40 em Vitória

Menor em unidade lotada poderá ir para casa, diz STF

Estadão Conteúdo

O ministro Edson Fachin atendeu pedido feito por Defensorias Públicas de quatro Estados e determinou que adolescentes que estão internados em unidades superlotadas deverão ser transferidos. Caso não haja vaga, eles poderão ser beneficiados com a internação domiciliar ou outra medida de meio aberto, como a liberdade assistida. Poderão ser contemplados com a decisão jovens cujo ato infracional não tenha sido praticado sob violência ou grave ameaça. A decisão já valia para unidades do Estado do Espírito Santo e agora passa a valer também para unidades da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site: <https://istoe.com.br/menor-em-unidade-lotada-podera-ir-para-casa-diz-stf/>

Cachoeiro-ES faz ação no Dia de Luta Pela Saúde da Mulher

Por Redação

Na próxima terça-feira (28), das 9h às 15h, a Praça Jerônimo Monteiro, no centro de Cachoeiro, receberá uma ação alusiva ao Dia Internacional de Luta Pela Saúde da Mulher.

A importância dos exames de rotina, prevenção da gravidez na adolescência, violência doméstica e serviços que o município disponibiliza para a mulher são alguns dos temas que estarão em pauta na ação.

Os atendimentos oferecidos na área de saúde serão: aferição de pressão arterial, teste de glicose e de sífilis e vacinação (Dupla, T viral, hepatite B, gripe para os grupos prioritários e HPV, para as adolescentes).

Durante todo o evento, elas poderão participar de uma roda de conversa com psicóloga sobre autoestima, depressão, orientação sexual e autocuidado. Além disso, terão acesso a procedimentos de limpeza de pele, realizados por alunas do curso de estética e cosmética da Faculdade Multivix, parceira da ação.

Fonte: Folha do ES

Site: <https://www.folhadoes.com/noticia/geral-espirito-santo/51598/cachoeiro-es-faz-acao-no-dia-luta-pela-saude-mulher>

O STF entre o feminicídio e o ciúme masculino

Um marido supostamente traído ouve da mulher um pedido de separação e perde o controle. Com o revólver em punho, alardeia: "se você não me quer mais, ninguém vai ter você também". Encosta o cano do revólver no queixo da vítima e faz um disparo. O crime aconteceu no fim da tarde de 6 de dezembro de 2002, em uma residência de classe média alta do município de Valinhos, no interior de São Paulo.

Por incrível que pareça, a mulher não morreu, embora tenha ficado com cicatrizes profundas no rosto. Mais impressionante ainda foi o destino do marido - que, diga-se, é promotor de Justiça. Foi condenado a módicos cinco anos de prisão, em regime semiaberto. Aguardou em liberdade até outubro do ano passado. Daqui dois meses, terá cumprido o mínimo previsto em lei e poderá ser transferido para o regime aberto.

Ainda assim, inconformada, a defesa entrou com um habeas corpus no **STF** para reduzir a pena do réu. Passados 17 anos do crime, o pedido foi julgado na última terça-feira pela Primeira Turma, formada por cinco dos onze ministros da Corte. Com a oratória teatral dos tribunais do júri, o criminalista Alberto Toron, um dos mais requisitados do país, argumentou que seu cliente, na verdade, salvou a ex-mulher.

"O réu foi promotor de Justiça no interior do estado de São Paulo, professor de cursinho preparatório para a magistratura, para o **Ministério Público**, e ele teve a desventura de ter um litígio conjugal. Brigou com a mulher, arma empunhada, e acabou disparando. E, pela mão de Deus, e dele, essa mulher não morreu. O tiro entrou na boca dela, parou aqui pertinho da cervical, ela não ficou paraplégica ou tetraplégica", contou Toron da tribuna.

O advogado continuou o relato dizendo que a vítima pediu ao algoz para ser salva. "Ele, que havia sido seminarista, dá um clique na cabeça dele, ele sai daquele surto e pega ela, põe no carro e leva para o hospital". O promotor foi acusado primeiro de tentativa de homicídio. Em seguida, Toron conseguiu anular a denúncia e o **Ministério Público** de São Paulo o acusou de lesão corporal gravíssima - um crime com pena mais branda.

O advogado pediu no Supremo para os agravantes considerados no cálculo da pena serem retirados. Afinal, seu cliente salvou a ex-mulher. A pena foi

calculada levando em conta o motivo torpe (a vontade da vítima de se separar) e a dificuldade de defesa da vítima (que estava acuada pelo ex-marido armado). Não colou. A decisão foi unânime pela manutenção da pena.

"Falar que a sustentação do doutor Alberto Zacharias Toron foi brilhante é eufemismo, ele é sempre brilhante. Não foi o marido que salvou a mulher, foi vossa senhoria que salvou o marido", concluiu o ministro Luiz Fux, arrancando risos dos presentes.

Fux comparou o processo com o caso Doca Street, que comoveu o país em 1976, quando Raul do Amaral Street matou a namorada, a socialite Ângela Diniz, com tiros no rosto. O motivo também foi ciúme e rejeição. No julgamento, quatro anos depois, o advogado Evandro Lins e Silva fez sustentação oral no tribunal do júri em defesa da legítima defesa da honra do réu. Doca Street se safou. Depois esse julgamento foi cancelado e o réu acabou condenado por homicídio.

"No caso Doca Street, houve uma perícia médico legal que constatou que normalmente, nessas situações passionais, os tiros desferidos no rosto são no afã de destruir a imagem da própria vítima, e isso sucedeu depois que ela disse que não queria mais proceder no relacionamento", lembrou Fux.

"O doutor Toron salvou seu cliente de um homicídio qualificado, sujeito ao tribunal do júri. Hoje em dia, é absolutamente inadmissível, não há nada que possa justificar o estado depressivo de um homem que se sinta rejeitado de dar um tiro no rosto, isso é inaceitável. Queria parabeniza-lo, mas se tivesse caído aqui (na Primeira Turma) antes, o seu cliente estaria no tribunal do júri", completou Fux.

Luís Roberto Barroso concordou: "Ouvi com interesse a sustentação brilhante. O problema são os fatos, não a sustentação". Rosa Weber votou no mesmo sentido. "Cumprimento o doutor Toron, que consegue tornar um caso terrível em algo que chega a gerar uma certa simpatia pelo promotor que dá o tiro e ainda salva aquela mulher em quem aquele atirou", declarou, dando um risinho irônico ao final. Marco Aurélio Mello, o relator do habeas corpus, também negou o pedido da defesa.

Na tentativa de vitimizar o agressor, Toron ainda relatou o sofrimento de seu cliente. Argumentou que qualquer homem está sujeito a uma crise de ciúme. "Quando ela disse que queria se separar, ele passou a ter choros compulsivos, não fazia barba, não comia, ele começou a se decompor. E a circunstância de ser promotor levou ele a ter uma pena pior. Como se o fato de ser promotor, doutor em Direito, ministro do Supremo ou entregador de pizza implicasse em um ciúme maior ou menor", declarou.

Para tentar ganhar empatia dos ministros o advogado disse era casado há mais de 20 anos e, dia desses, ela chegou em casa dizendo que tinha encontrado Barroso na rua. "Eu falei: encontrou aonde? Ciúmes. Ciúmes pode dar em qualquer um", concluiu. No julgamento, Marco Aurélio perguntou há quanto tempo Toron era casado. Da tribuna, ele respondeu, meio em dúvida: "Minha mulher me mataria agora, mas acho que 23 anos".

Site: <https://epoca.globo.com/o-stf-entre-feminicidio-o-ciume-masculino-23693742>

Crime que marca além da vítima

» **MARIANA MACHADO» JÉSSICA EUFRÁSIO**

O sentimento de saudade é o único que preenche a lacuna remanescente após a morte de uma pessoa querida. Para quem perdeu alguém vítima de um dos inúmeros casos de feminicídio, a dor do luto se soma à indignação. Rosana Borges de Oliveira, 48 anos, vive isso desde o dia em que enxergou o medo nos olhos da irmã mais nova, Isabella Borges, minutos antes de ela ser assassinada a tiros pelo ex-companheiro Matheus Galheno, em abril. Ele se matou em seguida, na frente da filha de 1 ano do casal. O irmão gêmeo da criança estava no cômodo ao lado e também ouviu os disparos.

Rosana recebeu o Correio na casa dela, no Paranoá. A conversa ocorreu na mesma sala em que ela encontrou os corpos da irmã e do algoz. "Enterrar minha mãe (em 2013) não foi tão difícil quanto enterrar a Isabella, colocá-la dentro daquela sepultura fria. Foi como perder uma filha", contou, emocionada. Enquanto Rosana desabafava, um dos gêmeos sorria e brincava com a repórter, ainda muito inocente para compreender o ocorrido. "Hoje, eles são meu único consolo. Antes de disparar, ele (Mateus) me falou para pegar os meninos. A Isabella me entregou um e falou "Cuida deles"", completou a servidora pública.

Ela conseguiu levar apenas uma das crianças para o quarto. Até hoje, o trauma a impede de voltar para o trabalho, e a sensação de impotência diante da vida que não pode ser recuperada permanece. "Acordei com ela dizendo que o Mateus ia matá-la. O olhar dela dizia: "Ele vai acabar com minha vida aqui. Não há mais o que fazer"", relembrou. "(Se estivesse viva), ela teria dito: "É o que você tinha me falado". Mas ela não pôde me dizer que eu tinha razão. Uma razão ridícula, que eu nunca queria ter tido. Eu queria estar errada", relatou, com a voz embargada, enquanto enxugava as lágrimas.

A relação das duas ia para além da irmandade. Pela diferença de 23 anos entre elas, Rosana tratava Isabella como uma filha. A perda foi como um pedaço levado embora. "Sinto falta do nosso café da manhã; dela me dizendo "Eu te amo" após uma discussão; dela gritando de felicidade quando os filhos faziam algo novo. Ela não tinha vontade de morrer. E ele veio e tirou a vida dela", lamentou.

Acolhimento

A estudante Isabella Borges foi a sétima vítima de

femicídio no Distrito Federal em 2019. Até agora, 14 casos foram divulgados. Desde que o Código Penal foi alterado para incluir o assassinato de mulher pela condição de sexo feminino, em março de 2015, 29 homens foram condenados no DF, de acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). De lá para cá, foram registrados pelo menos 86 casos desse tipo de crime, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP/DF).

Em Sobradinho 2, a Associação de Mulheres da cidade funciona desde 2000. A entidade nasceu de reuniões de um grupo de mulheres que se encontravam para compartilhar casos de violência doméstica e buscar apoio. Atualmente, há 438 mulheres cadastradas para receber atendimento. Por semana, cerca de 30 delas passam por lá à procura dos serviços gratuitos de assistência social e acompanhamento psicológico e jurídico.

Diretora social da entidade, Geralda Florisbela Gonçalves, 63 anos, considera falha a assistência oferecida pelo Estado, especialmente em relação à garantia da independência econômica das mulheres que são vítimas de violência doméstica. "Estamos denunciando, mas continuamos morrendo. Falta reforço no primeiro atendimento. Se a vítima não tem emprego, ela não tem comida nem nada", comentou a assistente social.

Ela também considera que, em muitos meios, a mulher é desencorajada a denunciar. "Uma das vítimas deste ano em Sobradinho veio até nós para pedir um enxoval, mas não contou que era vítima de violência. Ela foi assassinada dias depois. Cada vez que morre uma mulher, morre um pouco de nós e do nosso trabalho", comentou.

Para Monica Sapucaia Machado, doutora em direito político e econômico e professora da Escola de Direito do Brasil, é primordial garantir autonomia econômica às **mulheres vítimas de violência**. Além disso, ela associa o aumento dos casos à legitimação de um discurso conservador e preconceituoso.

"A coisa mais importante a se combater neste momento é o discurso de ódio. A **violência contra a mulher** acontece em todas as classes sociais. É a capacidade de o Estado não manter o agressor distante da família é uma situação muito grave, porque está atrelada aos problemas sociais e econômicos do país. Quando o agressor retorna à sociedade sem passar por ressocialização, a vítima precisa estar

protegida pelo Estado para que os atos violentos não continuem", ressaltou.

Interdição

Além de projetos do terceiro setor, há outras formas de acolhimento. Os Centros de Atendimento à Mulher (Ceam), por exemplo, dão auxílio jurídico e social (leia Ajuda). No entanto, um dos mais importantes pontos de assistência do DF encontra-se interditado desde abril de 2018 por determinação da Defesa Civil, que constatou problemas na infraestrutura, como "desarrumo do prumo de arrimo e trincas".

Em nota, a Secretaria de Estado da Mulher informou que o espaço é uma das ações do programa Mulher: Viver sem Violência, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) do governo federal, em um convênio com o Governo do Distrito Federal para manutenção e gestão dos serviços da Casa. "No termo de adesão, ficou estabelecido que a Casa da Mulher Brasileira seria construída pela Secretaria Nacional, onde o mandatário da obra é o Banco do Brasil", informou a pasta, em nota.

Em dezembro de 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) deu prazo de até 90 dias para que a Secretaria Nacional e o Banco do Brasil encaminhassem plano de ação com indicação de ações, custos, prazos e responsáveis para recuperação da estrutura danificada do prédio da Casa da Mulher Brasileira, que foi estendido em março, para 120 dias. "Não podemos retomar as atividades sem garantir a segurança de todos os servidores e às mulheres em situação de vulnerabilidade atendidas pela Casa da Mulher Brasileira", destacou o GDF.

O Banco do Brasil informou que diversas reuniões ocorreram na busca de soluções conjuntas com o governo federal. "No fim de abril de 2019, a construtora (responsável pelo prédio) e seus sócios foram notificados pela SNPM, para possíveis medidas administrativas e judiciais quanto à recuperação do imóvel." Na nota, o banco ainda afirmou que há tratativas para assinatura de Acordo de Cooperação Técnica para elaboração de Especificação Técnica de Engenharia que servirá para contratação de projetos básico e executivo para determinar extensão das obras. A SNPM, vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, informou que "está viabilizando a recuperação do imóvel" e que "o GDF está buscando formas de continuar os serviços em outros locais". Nenhum dos órgãos, no entanto, deu prazo para a reabertura do espaço ao público.

"Ele fingia estar doente para ela ter pena. Ela não

o deixava porque tinha um coração muito bom" Andressa Longuinho, sobrinha de Isa Mara Longuinho, morta em janeiro de 2018

Lei do feminicídio

A Lei nº 13.104/2015 altera o artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 do Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o artigo 1º da Lei nº 8.072/1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Quando o agressor enfrenta a Justiça

Mais de um ano e quatro meses se passaram até que o autor de um dos 29 feminicídios de 2018 fosse levado a júri popular. Alessandro Ferreira Floriano, 48 anos, foi condenado por homicídio qualificado, destruição de cadáver e fraude processual a 22 anos e quatro meses de prisão em regime fechado e dois anos em semiaberto. Ainda cabe recurso, mas ele não poderá responder em liberdade.

O crime aconteceu em janeiro do ano passado, quando ele empurrou Isa Mara Dantas Longuinho Floriano, 51, de uma escada, depois escondeu o corpo à beira de uma estrada nas proximidades de Alexânia, município goiano a cerca de 80km de Brasília. Por fim, ateou fogo no cadáver. Ele confessou depois que a perícia encontrou marcas de sangue nas paredes da residência. Os dois eram casados há 18 anos e ele nunca se deu bem com os parentes da companheira.

A decisão, dada na madrugada da última sexta-feira, é o julgamento mais recente em um caso de feminicídio. Durante a audiência, primos, sobrinhos e irmãos de Isa Mara lotaram o tribunal. Antes de entrar, na sessão, exibiam faixas pedindo justiça. Com lágrimas nos olhos, ouviram o depoimento emocionado do pastor Geovan Bezerra, 56, que descrevia a "irmã" como uma pessoa doce, generosa e dedicada: na Igreja, ela cuidava do coral das crianças. Para a família, a pena poderia ser maior. "Todo tempo é pouco para ele, mas com certeza é um passo rumo a evitar que assassinos assim saiam impunes", declarou a vendedora Andressa Longuinho, 22 anos, sobrinha da vítima.

Ela diz que Alessandro afastava a tia do convívio familiar. "Ficávamos semanas sem vê-la", recorda Andressa. "É um homem frio e manipulador. Fingia estar doente, inventava que tinha câncer, sempre em um lugar diferente, para ela ter pena. Ela não o deixava porque tinha um coração muito bom."

Ela relata ainda que Alessandro usava o cartão da mulher sem autorização. "É viciado em jogos eletrônicos. No dia em que ele a matou, a discussão

teria começado porque ela descobriu que ele comprou um videogame com o cartão dela. Era algo que ele fazia sempre", relata.

Segundo a irmã da vítima, Isa Márcia Longuinho, 41, com tantas compras, ele deixou a mulher endividada. "Destruíu a vida financeira da minha irmã. Ela era servidora pública, ganhava até bem, mas, por causa das compras irresponsáveis que ele fazia, ela devia mais de R\$ 50 mil", acusa.

Dias antes do assassinato, Isa Mara comentou com irmãos que queria deixar o marido. "Ela andava muito triste. Acho que tinha descoberto que ele não tinha câncer nenhum", conta. A pena dada ao réu está acima da média para casos semelhantes, que é de 19 anos, de acordo com levantamento do MPDFT.

Fortalecimento emocional

Na visão de quem conhecia Isa Mara e Alessandro, dó e culpa fizeram com que ela permanecesse ao lado dele por tanto tempo. Esses sentimentos, assim como medo de julgamento e receio pelos filhos, são comuns em quem vive a violência doméstica, como explica a psicóloga Jeane Cristine de Sá. "Existe uma alteração química que dificulta sair dessa situação. É uma questão fisiológica, que impede a mulher de executar atividades cotidianas", explica. "A sociedade não entende, acha que ela é preguiçosa. Quando a gente explica (para as vítimas) que existe essa questão química cerebral que faz com que ela não seja ela mesma, elas se acalmam."

De acordo com a psicóloga, fortalecer o emocional das vítimas ajuda o organismo a encontrar um equilíbrio e a mulher ganha força para sair da situação de agressão. Em 2015, Jeane iniciou o projeto Support, uma rede de apoio a mulheres em situações de risco. Desde então, cerca de 200 foram atendidas pelas profissionais envolvidas. "Oferecemos acolhimento psicológico individual. Elas chegam a um ponto insuportável, com violência verbal, humilhação, agressão física. Poucas percebem que não estão em uma relação saudável logo no começo", observa.

Um dos grandes problemas observados são situações quando, mesmo depois de terminar o namoro ou o casamento, elas dão uma segunda chance ao agressor, acreditando que ele tenha mudado. "Quando o trabalho é completo, elas não voltam mais, mas isso é um percurso e, no meio do caminho, podem haver recaídas", lamenta Jeane. Em alguns casos, acontece pelo receio de prejudicar os filhos. "Nosso trabalho é convencer de que, para uma criança, é muito mais saudável crescer em um lar onde ela não vai ver as agressões do que assistindo a tudo isso."

Mudanças

Em maio, foi sancionada a Lei nº 13.827, que altera a Lei Maria da Penha para autorizar a aplicação de medidas protetivas de urgência por delegados de polícia ou policial. Antes disso, apenas juízes poderiam concedê-las. Elas são aplicadas quando verificada existência de risco atual ou iminente à vida ou integridade física da vítima. A nova lei define ainda que as medidas devem ser comunicadas a um juiz dentro de 24 horas e ele decidirá se mantém ou revoga a aplicação.

Para a psicóloga Jeane, trata-se de um avanço. "Isso agiliza muito, porque diminui a burocracia. Eu atendo mulheres que falam que vão à delegacia mas que não resolve nada. No DF, ainda são muitas que nem denunciam porque acham que não vai adiantar."

A visão dela, no entanto, não é unânime. Liz-Elaine Mendes, promotora de justiça da Defesa da Mulher em Situação de **Violência Doméstica** e Familiar do Riacho Fundo e colaboradora do Núcleo de Gênero do **Ministério Público** do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), acredita que a mudança é inconstitucional. "São medidas que precisam ser analisadas pela autoridade judicial, porque restringem os direitos fundamentais do indivíduo. A nossa Constituição determina que só juízes podem ser fiscais dessas liberdades e só eles podem decidir a respeito", declara.

Para a promotora, há uma falsa ideia de agilidade. "(As medidas) precisam ser homologadas pela Justiça. Tanto delegacias como demais legitimados não têm servidores e instrumental necessário para garantir o imediato cumprimento. É um apelo populista com boa intenção", descreve. Segundo a promotora, é preciso aperfeiçoar os sistemas de proteção para garantir a segurança. "Se tivéssemos mais duas delegacias da mulher com profissionais de perícia, seria muito bom para uma investigação mais rápida e eficiente."

Violência policial em casa

Ao menos três dos 29 assassinos de 2018 são policiais militares. No caso mais recente deste ano, um policial civil foi o responsável pela morte da ex-namorada, Débora Tereza Correa, 43 anos, dentro do prédio da Coordenação Regional de Ensino, na Asa Sul. Por situações assim, desde o ano passado, nos cursos de formação da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), incluiu-se como matéria curricular a **violência contra a mulher**. A ideia é ensinar como lidar com casos do tipo.

Além disso, quando o agressor faz parte da corporação, ele é matriculado compulsoriamente em

um curso especial. Cada situação é analisada individualmente e o agente pode ser afastado. De todo modo, ele é submetido a tratamento psicológico. De acordo com a PMDF, estudos têm sido promovidos para verificar os fatores de risco à saúde mental dos policiais. "Esses fatores são: transtorno mental (quando associado à posse de arma de fogo, o risco se multiplica por 5), problemas conjugais, financeiros, abuso de drogas e álcool", disse, por nota, a corporação.

Uma seção com equipe multidisciplinar acompanha, além de militares, a família, e as visitas ao ambiente têm aumentado. "Passaram de 12 para 158 neste ano e as visitas da assistência social de 14 para 1.228. No ano passado, tivemos 200 atendimentos psicológicos, já neste ano, no primeiro trimestre, foram 1.762, ou seja, 89% de aumento", informou a PM.

Já a Polícia Civil (PCDF) conta com nove psicólogos e um psiquiatra. Há também o serviço de acolhimento psicológico durante todo o horário de funcionamento da Policlínica. "Um psicólogo fica encarregado de acolher os servidores policiais em sofrimento psicológico, realizar um atendimento humanizado e suporte necessário em abordagem interdisciplinar", destacou, também em nota, a instituição.

No caso do agente Sergio Murilo dos Santos, que executou a professora Débora com três tiros nas costas, a PCDF não informou se ele passava pelos serviços de saúde mental oferecidos. Sérgio respondeu a três inquéritos policiais em 2018, sendo dois por violência doméstica contra Débora e um, por descumprimento de medida protetiva.

Mesmo assim, a corporação não abriu processo administrativo que o afastasse do cargo. "Como se tratavam de condutas que não estavam diretamente ligadas à função por ele exercida, a responsabilidade ficou limitada ao processo criminal", informou a Secretaria de Segurança Pública.

A arma usada pelo agente contra Débora pertencia à Polícia Civil. Ela chegou a ser recolhida, mas foi devolvida em abril do ano passado. Nesta semana, o governador Ibaneis Rocha assinou um decreto que recolhe o armamento de servidores das forças de segurança acusados de crimes no âmbito da Lei Maria da Penha. O delegado fica responsável por comunicar às corporações.

Minas Gerais teve 622 feminicídios nos últimos quatro anos

Guilherme Paranaíba

O ataque brutal cometido por um homem de 39 anos, que terminou com a ex-namorada dele e outras três pessoas mortas em Paracatu, no Noroeste de Minas, chama novamente a atenção para um tipo de crime que resiste em recuar no estado. A Polícia Civil ainda investiga os motivos que levaram Rudson Aragão Guimarães a matar primeiro Heloísa Vieira Andrade, de 59, com quem já havia se relacionado, antes de assassinar a tiros três pessoas dentro de uma igreja da cidade. Um dos objetivos da investigação é comprovar se o ataque à primeira vítima tem ligação com o relacionamento anterior, o que enquadraria o caso na categoria de feminicídio. Seria um número a mais em um crime que experimenta números aterradores em Minas. Somados os casos de março de 2015, quando entrou em vigor a lei que tipificou esse tipo de crime, até o mês passado (o último com dados de 2019 consolidados), nada menos que 1.772 mulheres foram vítimas de ódio assassino por parte de namorados, maridos, companheiros e ex em território mineiro. Dessas, 622 perderam a vida no período. É como se seis aviões modelo Embraer-190 - com capacidade para cerca de 100 viajantes - tivessem caído em Minas nos últimos quatro anos, lotados de passageiras, sem deixar sobreviventes.

Em 2016, primeiro ano em que vigorou pelos 12 meses a nova lei (sancionada em março de 2015), foram 142 casos. No ano seguinte, o total subiu para 156 e em 2018 chegou a 160 registros, aumento de 12,6% em relação a dois anos antes. Neste ano são 42 ocorrências até abril, o que significa média mensal de 10,5 casos, uma queda em relação aos números mensais de anos anteriores. De toda forma, os dados seguem alarmantes, agravados pela violência dos crimes mais recentes. E autoridades estão seguras de que a principal forma de combater os ataques é denunciar as primeiras agressões sofridas pela mulher, antes que seja tarde demais.

Essa é a avaliação tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, e a estatística ajuda a entender melhor esse quadro. De acordo com a Polícia Civil, dos 52 casos de feminicídio registrados especificamente em Belo Horizonte de março de 2015, quando a lei passou a valer, a abril deste ano, em apenas um deles havia medida protetiva solicitada contra o assassino. A PM também tem números que ajudam a entender a

necessidade de denunciar as agressões como forma de quebrar o ciclo da violência que pode terminar de forma trágica. Segundo a corporação, de janeiro de 2018 a abril de 2019, 3.660 famílias foram visitadas pela Companhia Independente de Prevenção à **Violência Doméstica** de BH. De todos esses casos, nenhuma das mulheres foi vítima de feminicídio.

Para a delegada Ingrid Estevam Miranda, coordenadora do Núcleo Especializado de Investigação de Feminicídio da Polícia Civil, criado este mês com o objetivo de agilizar e tornar mais eficientes as apurações desse crime em Belo Horizonte, o histórico dos casos demonstra que o assassinato da mulher não é um fato isolado. "Quando a gente vai fazer alguma oitiva, ainda que não tenha registro, a gente conversa com os familiares e ouve que o relacionamento era abusivo, que tinha violência, mas a mulher não denunciava. Ou porque tem filho ou por outras razões. Por isso, temos que conscientizar as mulheres de que o pedido de ajuda é uma prevenção para que ela não seja vítima", afirma.

O núcleo da Polícia Civil conta com a delegada Ingrid Estevam como coordenadora e tem ainda uma escrivã e três investigadores. O primeiro objetivo é se concentrar em 100% dos casos de feminicídio, para tornar mais ágeis as identificações e prisões dos autores. Todo caso de feminicídio na capital terá deslocamento dessa equipe de forma imediata. Um segundo objetivo é usar as investigações mais especializadas para descobrir meios que possam levar à prevenção. "Queremos extrair elementos para atualizar o protocolo de prevenção, porque existem indícios de que, quando o autor é o companheiro ou está no âmbito familiar, ele vai demonstrando ao longo do período de violência que pode vir a matar. Então queremos identificar esse momento, pois ele emite sinal várias vezes de que pode cometer assassinato. Precisamos catalogar isso para achar uma forma de prevenir, já que o objetivo é que não ocorra feminicídio", afirma a delegada.

'A denúncia é imprescindível'

A major Cleide Barcelos dos Reis Rodrigues, comandante da Companhia de Polícia Militar Independente de Prevenção à **Violência Doméstica** de BH, alerta para a necessidade de as vítimas desse tipo de crime não se calarem desde os primeiros

As novas regras que alteraram a Lei Maria da Penha são constitucionais?

César Dario Mariano da Silva*

Foi publicada a Lei n.º 13.827, de 13 de maio de 2019, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados mantido pelo **Conselho Nacional de Justiça**.

A novel legislação inseriu na Lei Maria da Penha o artigo 12-C, que diz:

"Verificada a existência de risco atual ou iminente a vida ou a integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

I - pela autoridade judicial;

II - pelo delegado de polícia, quando o município não for sede de comarca; ou

III - pelo policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.

§ 1.º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao **Ministério Público** concomitantemente.

§ 2.º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso".

A nova norma chama a atenção por autorizar que, além da Autoridade Judiciária, possa o delegado de polícia, quando o município não for sede de comarca, ou o policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia, aplicar medida protetiva, consistente no imediato afastamento do agressor do lar conjugal, domicílio ou local de convivência com a

ofendida, no caso de violência doméstica ou familiar contra a mulher, ou seus dependentes.

A medida será aplicada desde que verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou integridade física da mulher ou de seu dependente.

A medida, que tem natureza cautelar, à primeira vista parece interessante, mas esbarra em requisito de ordem técnica. Como é invasiva, atinge o direito de livre locomoção do suposto agressor e, por isso, encontra-se sob reserva jurisdicional, do mesmo modo que outras medidas cautelares, como a prisão provisória, busca e apreensão e interceptação telefônica.

É importante ressaltar que não se cuida de prisão em flagrante delito em que há norma constitucional que a permite (art. 5.º, LXI, da CF), nas hipóteses previstas no artigo 302 do Código de Processo Penal.

Portanto, não há como comparar com a nova norma, que não possui autorização constitucional para sua criação no que tange a possibilitar ao delegado de polícia ou a outro policial aplicar a medida protetiva sem autorização judicial prévia.

Não se trata de medida simples, uma vez que necessita da observância dos requisitos próprios de toda medida cautelar, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, cuja análise é privativa do magistrado por alcançar direito fundamental.

Pouco importa que, no prazo de 24 horas, o Juiz será comunicado do fato e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou revogação da medida, cientificando o **Ministério Público**.

A violação a direito fundamental do suposto agressor ocorreu com a sua retirada coercitiva do local em que conviva com a ofendida ou dependentes, que pode ser a residência ou mesmo o local de trabalho.

E pior, na ausência do delegado de polícia no momento do fato, nas cidades em que não houver Vara Judicial, o policial que atendeu a ocorrência poderá determinar a medida, mesmo que não possua conhecimentos jurídicos necessários para adoção de ato de tamanha violência.

Com efeito, inconstitucionais as novas regras, quanto a permitir que, tanto o delegado de polícia, quanto o policial que atendeu a ocorrência, possam aplicar a medida protetiva de urgência, por violação à reserva jurisdicional de medida invasiva a direito fundamental.

*César Dario Mariano da Silva é promotor de Justiça - SP. Mestre em Direito das Relações Sociais. Especialista em Direito Penal. Professor universitário. Autor de Manual de Direito Penal , Lei de Execução Penal Comentada , Provas Ilícitas , Estatuto do Desarmamento e Tutela Penal da Intimidade , publicados pela Juruá Editora

Site: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/as-novas-regras-que-alteraram-a-lei-maria-da-penha-sao-constitucionais/>

Médico beija paciente à força e é preso em Vila Velha

Tribuna Online, com informações de Kananda Natielly

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

Já é assinante?

Assine agora e tenha acesso ao conteúdo exclusivo do Tribuna Online !

Você está utilizando um navegador muito antigo ou suas configurações não permitem cookies de terceiros.

A bandeirinha identifica o conteúdo exclusivo que só você assinante tem acesso!

Escolha a que mais combina com você e OUÇA AGORA.

Um médico de 54 anos foi preso no fim da tarde de sábado (26) após beijar uma paciente à força. O caso aconteceu durante uma consulta no hospital particular localizado no Ibes, em Vila Velha. A vítima, que tem 18 anos e é estudante, conta que o profissional a agarrou pelos braços e a beijou no rosto sem a sua permissão.

Ainda segundo a vítima, ela já havia se consultado com o médico na última semana. No encontro de sábado, o profissional e ela conversaram informalmente durante a consulta. Um dos tópicos da conversa havia sido sobre a faculdade que cursa a jovem.

Em certo momento, de acordo com ela, o médico de 54 anos a perguntou se sua mãe estaria em casa. A garota disse que estava sozinha e, após receber orientações, o médico a agarrou pelos dois braços e beijou seu rosto sem que ela consentisse.

Logo após o que aconteceu, a jovem deixou o hospital e se encaminhou para um ponto de ônibus próximo dali. Ao chegar em casa, ela relatou o que havia acontecido no consultório médico. A mãe, então, foi até ao hospital, e ligou para a polícia.

Apesar do médico ter negado as acusações contra ele, os policiais o encaminharam para a 2ª Delegacia Regional de Vila Velha. Ele foi ouvido e, logo após, encaminhado para Centro de Triagem de Viana (CTV), onde passará por uma audiência de custódia.

Esse é o seu primeiro acesso por aqui, então recomendamos que você altere o seu nome de usuário e senha, para sua maior segurança.

As senhas precisam ser iguais.

A senha precisa ter no mínimo 6 caracteres.

Todos os campos são obrigatórios.

O nome de usuário precisa ter no mínimo 4 caracteres.

Um erro ocorreu ao tentar atualizar seus dados.

Dicas: O nome de usuário deve ter no mínimo 4 caracteres e conter apenas letras e números. A senha deve conter pelo menos 6 caracteres.

Site: <https://tribunaonline.com.br/medico-beija-paciente-a-forca-e-e-presos-em-vila-velha>

Médico é preso ao beijar mulher à força em hospital de Vila Velha

Um médico de 54 anos foi preso na tarde deste sábado (25) após ser acusado de beijar à força o rosto de uma paciente, de 18 anos, em um hospital particular de Vila Velha . A mãe da paciente foi quem acionou a Polícia Militar.

De acordo com o boletim de ocorrência, durante o atendimento, o profissional conversou sobre faculdade e quis saber se a mãe da paciente estava em casa no dia. Após receber as orientações médicas, a jovem relata que ele a agarrou pelos braços, segurando-a, e a beijou no rosto sem o consentimento.

A vítima foi para casa e contou para a mãe sobre a atitude do médico. A mãe então voltou ao hospital e chamou a Polícia Militar.

> Idoso morre atropelado e casa é atingida em Vila Velha

O médico negou a acusação e compareceu em seu próprio carro à 2ª Delegacia Regional de Vila Velha, onde foi ouvido. Ele foi encaminhado para o Centro de Triagem de Viana (CTV), onde aguarda audiência de custódia na tarde deste domingo.

Site:

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/policia/2019/05/medico-e-presao-beijar-mulher-a-forca-em-hospital-de-vila-velha-1014182630.html>

Judiciário prepara pacote de medidas para agilizar recuperações judiciais

BRASÍLIA - Integrantes do Judiciário preparam um pacote de medidas para agilizar o processo de recuperação judicial de empresas no País, considerado hoje excessivamente moroso. Em média, em São Paulo, são 567 dias (cerca de um ano e meio) entre a Justiça aceitar o pedido de recuperação de uma empresa e apreciar o plano de reestruturação por ela apresentado - aprovando-o ou rejeitando-o. Esse prazo deveria ser de, no máximo, 180 dias, segundo a lei atual.

Na avaliação do Judiciário, essa demora coloca em risco a sobrevivência da empresa. Quando está em situação financeira difícil e não consegue mais honrar seus pagamentos, uma companhia pode requerer a recuperação, que é uma proteção dada a ela pela Justiça contra a execução de suas dívidas.

A ideia é que a empresa possa ganhar tempo para apresentar um plano de reestruturação e renegociar seus débitos com credores. Em geral, quando chega nesse ponto, a companhia já está com pouco dinheiro em caixa e com problemas para tocar suas atividades. Por isso, se o processo levar muito tempo, a empresa pode acabar quebrando antes de concluir a recuperação judicial, dizem especialistas.

O pacote de medidas em gestação pelo Judiciário tenta dar uma resposta à morosidade do processo. Liderado pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, o grupo criado no âmbito do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)** vai propor, entre outras medidas, a criação de varas regionais especializadas para processar as recuperações judiciais.

Nessas varas, o tempo médio até a aprovação do plano de recuperação é de 407 dias, ainda longe dos 180 dias previstos na legislação, mas menor que os 567 dias verificados em médias nas varas comuns, segundo estudo realizado pela Associação Brasileira de Jurimetria e pelo Núcleo de Estudos de Processos de Insolvência da PUC-SP. A taxa de aprovação dos planos de recuperação também é maior quando eles são analisados nas especializadas: é de 81%, frente a taxa de 71,3% nas comuns.

Atualmente, há poucas varas especializadas no País. Uma delas é a 1.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais em São Paulo, que comanda o processo da

companhia aérea Avianca Brasil, por exemplo.

A princípio, a comissão pretende dar um prazo de dois anos para que os Estados que preencherem os critérios de criação de novas varas se adaptem à resolução do **CNJ**.

O Brasil passou a contar com uma lei de recuperação judicial e falência em 2005. O instrumento se popularizou e, nos últimos anos, o País assistiu a casos bilionários de recuperação judicial, como o da OGX, petroleira de Eike Batista, da telefônica Oi e da empresa de aluguel de sondas Sete Brasil.

Vários gargalos, no entanto, foram sendo percebidos durante os 14 anos da vigência da legislação e passaram a ser alvo de críticas de empresas e de advogados especializados no tema. No ano passado, o governo Michel Temer chegou a mandar ao Congresso um projeto de lei com mudanças na legislação. A medida era defendida pelo então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, como forma de ajudar na recuperação da economia. A proposta, porém, não caminhou no Congresso.

O governo Jair Bolsonaro também entende que a revisão nas regras é necessária. Segundo o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, já há um "diálogo intenso" com o Congresso para que mudanças sejam feitas ainda neste ano. Ele não detalhou, porém, qual será o teor desse novo projeto.

Alguns dos problemas podem ser resolvidos com a atuação do **CNJ**, sem necessidade de decisões do Parlamento, avaliou Salomão ao Estadão/Broadcast. Por isso, o **CNJ** criou a comissão em dezembro passado. Ela é formada também por integrantes do Tribunal Superior do Trabalho (**TST**), desembargadores dos Tribunais de Justiça de São Paulo e Rio de Janeiro e advogados.

Além de criar varas especializadas, o grupo vai padronizar iniciativas que não estão previstas na lei de recuperação, como a verificação prévia e a mediação. A verificação prévia é usada para constatar se a documentação da empresa está correta e se ela tem capacidade de gerar os benefícios previstos na lei de recuperação, podendo captar tentativas de fraude contra credores.

O ato do **CNJ** serviria para uniformizar como a verificação deve ser feita entre os magistrados que optem por utilizá-la, não tendo o condão de obrigá-los a adotar a prática.

"Vai ter mais previsibilidade e os credores saberão como funciona", disse Daniel Costa Carnio, juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça.

Segundo o magistrado, a padronização pelo **CNJ** trará também um limite de cinco dias para a realização da perícia, o que impede que a medida se prolongue além do razoável, atrasando os planos da empresa.

O estudo feito pela ABJ aponta que a prática aumenta as chances de um processo de recuperação ser aceito pelo juiz. Nos casos sem verificação prévia, o número foi de 63%, frente aos 81,7% em processos em que a prática foi adotada.

Há, no entanto, críticas à iniciativa. A advogada especializada em direito empresarial do escritório Martorelli, Fabiana Nunes, entende que a intenção do **CNJ** é boa, mas acredita que uma padronização teria de ser feita via alteração legislativa.

O **CNJ** quer estimular ainda o uso da mediação, que foi usada no processo de recuperação da Oi. Na mediação, uma terceira pessoa atua para resolver impasses entre os credores e a empresa devedora. No caso da Oi, o recurso foi utilizado em várias etapas, como na relação com os pequenos credores e até mesmo em discussões entre os acionistas, explicou a advogada Samantha M. Longo, do escritório Wald, Antunes, Vita, Longo e Blattner Advogados, que atuou no processo da operadora de telefonia.

Assim como a verificação prévia, a mediação não está prevista atualmente na lei de recuperação judicial e falência. Por conta disso, o texto que a comissão do **CNJ** pretende aprovar deve ter um caráter somente de recomendação, e os juízes não serão obrigados a segui-la.

Site:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,judiciario-prepara-pacote-de-medidas-para-agilizar-recuperacoes-judiciais,70002842980>

Especialistas veem retrocesso em lei que facilita internação involuntária para dependentes químicos

Audrey Furlaneto

Nos moldes atuais, dependentes químicos são atendidos em rede que conta com os Caps Álcool e Drogas, com atendimento multidisciplinar Foto: Custodio Coimbra/24-4-2019

RIO - Contrariando as políticas públicas mais recentes e a opinião de muitos especialistas, o governo de Jair Bolsonaro decidiu dar ênfase à internação como forma de tratar a dependência química e, agora, está prestes a autorizá-la mesmo em casos em que não há o consentimento dos pacientes.

Um projeto de lei aprovado no Senado há dez dias, que aguarda apenas a sanção presidencial, estabelece a internação involuntária de dependentes químicos - a partir do pedido de um familiar, responsável legal ou até de um servidor público da área de saúde - e abre margem, por exemplo, para que populações de rua das chamadas Cracolândias sejam recolhidas e encaminhadas para leitos hospitalares.

SAIBA MAIS: **STF** decide que importar semente de maconha não é crime

O texto altera a Lei de Drogas, de 2006, e outras 12 normas sobre o assunto. A aprovação do Senado ao projeto - apresentado nos idos de 2013 pelo então deputado e hoje ministro da Cidadania, Osmar Terra - acendeu o alerta de especialistas e órgãos ligados à saúde e aos direitos humanos.

O Centro Brasileiro de Estudos sobre Saúde (Cebes) lançou nota pública na qual afirma ver "graves retrocessos nas políticas de drogas". O comunicado crítico foi endossado por mais de 70 entidades, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil.

A internação involuntária não é novidade na legislação brasileira - estava prevista na chamada Lei da Reforma Psiquiátrica, de 2011. A diferença é que o projeto de Osmar Terra inclui a medida no âmbito da Lei de Drogas, autorizando sua solicitação inclusive

por servidores públicos, embora um laudo médico deva sempre embasar a demanda.

- Entendemos que a internação pode ser parte do processo, mas não o primeiro passo de um tratamento e, ainda assim, tudo depende de cada paciente. Com o projeto de lei, a internação passa a ser um primeiro recurso. Isso por si só já é grave, pode aumentar consideravelmente o número de pessoas internadas - alerta Paulo Aguiar, do Conselho Federal de Psicologia.

O próprio autor do projeto, o ministro Osmar Terra, confirma que seu texto facilita a internação forçada de dependentes químicos:

- Já existia, na Lei de Drogas, a internação compulsória (por mandado judicial). Na involuntária, é mais rápido o processo. Se não tem família, um assistente social ou um agente público que está ali cuidando daquela população pode pedir, e o médico, sempre ele, decide a internação - afirma Terra, em entrevista ao GLOBO. - Sendo internado, comunica-se ao **Ministério Público**, que passa a acompanhar o caso. Ele vai ficar internado só para desintoxicar. É o início do tratamento.

LEIA TAMBÉM: Nota do ministério que menciona eletrochoque em tratamento de saúde mental é criticada por especialistas

Seu projeto reverbera o que já fora previsto na nova Política Nacional sobre Drogas (PNAD), aprovada no final de abril. A tônica ali está no modelo da abstinência - segundo o qual o dependente químico deve se abster do consumo de drogas, caminho que prevê a internação - e não mais o modelo da redução de danos, um conjunto de estratégias para que o indivíduo reduza os riscos do abuso de drogas até, se possível, atingir a abstinência completa.

A lógica da redução de danos, adotada pelo Ministério da Saúde, previa o encaminhamento dos pacientes para os chamados Centros de Atenção Psicossocial (Caps) Álcool e Drogas. Na avaliação de Terra, este caminho fracassou.

Já o psicólogo Paulo Aguiar, do CFP, vê com preocupação a "lógica proibicionista", que leva ao "encarceramento".

- A liberdade individual está em risco, ainda mais quando uma lei diz que qualquer pessoa pode solicitar a internação. Essa é a lógica das Filipinas, de alguns estados americanos, como o Texas, que continuam tendo essa abordagem da internação e da abstinência.

Professor da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em história das drogas, Henrique Carneiro vê no projeto de lei um estímulo ao que chama de "indústria de internação", que, segundo ele, não é possível no atual sistema público de saúde. Com movimento da reforma psiquiátrica, ele explica, lutou-se para que os pacientes fossem tratados fora de hospitais, inseridos em seus contextos sociais, o que resultou no fechamento de leitos psiquiátricos.

- O setor de saúde pública já é incapaz de absorver a demanda de internação voluntária. E todos vemos com preocupação a ideia de fazer um higienismo social, removendo os chamados "indesejáveis" das ruas - afirma o historiador. - É um ataque às liberdades fundamentais, além de ser um modelo ineficaz.

Para Carneiro, a internação equivale a um aprisionamento, "sem sequer incluir os direitos dados a um preso comum".

- O que o governo cria é quase uma condição judiciária para facilitar um manicômio de pessoas que nem sempre fazem mal à sociedade. Não é porque usam drogas que incorrem em conduta violenta. Há um certo mito de que o crack e as drogas levam à violência, mas não necessariamente.

Osmar Terra diz que seu projeto "endurece" a política de drogas no país e ressalta que as internações involuntárias seriam feitas apenas em hospitais, o que excluiria as comunidades terapêuticas do processo. Ele, porém, não detalha como resolver a falta de leitos.

- Tem que ter a vaga, tem que ir atrás, fazer uma pressão e criar. Se não, vai ter gente morrendo na rua, apodrecendo em vida, caindo de tudo o que é jeito, com Aids, vendendo o corpo para comprar a próxima pedra. Tu achas que isso é uma condição humana?

Site: <https://oglobo.globo.com/sociedade/especialistas-veem-retrocesso-em-lei-que-facilita-internacao-involuntaria-para-dependentes-quimicos-23693369>

STJ exclui indenização por dano moral por negativa de cobertura de stents em cirurgia cardíaca

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) negou pedido de danos morais em favor de paciente que, após ter sido submetido a cirurgia cardíaca, foi informado de que o plano de saúde não pagaria os stents (próteses colocadas no interior da artéria para prevenir obstruções) por falta de previsão contratual.

Por unanimidade, o colegiado manteve decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que condenou o plano a arcar com as despesas hospitalares com a colocação da prótese; no entanto, assim como o tribunal paulista, a turma entendeu que, apesar da conduta abusiva por parte do plano, não houve atraso no procedimento cirúrgico ou comprometimento da saúde do paciente que permitissem o reconhecimento do dano moral.

O autor alegou que, por recomendação médica, foi internado em caráter emergencial para a realização de cateterismo. Após a alta, o paciente foi surpreendido com uma cobrança do hospital, tendo em vista a negativa do plano de saúde em cobrir algumas despesas do procedimento cirúrgico, sob a alegação de exclusão contratual.

Direitos de personalidade

Em primeiro grau, o juiz condenou o plano a pagar as despesas cirúrgicas em aberto no hospital, mas negou o pedido de indenização por danos morais.

A sentença foi mantida pelo TJSP. Para o tribunal, se o contrato oferece cobertura para a patologia que acomete o segurado, também deve fornecer os materiais necessários aos procedimentos cirúrgicos cobertos. Entretanto, a corte paulista concluiu não ser possível o reconhecimento dos danos morais por não ter havido ofensa aos direitos de personalidade ou à honra do paciente.

Sem atrasos

O relator do recurso, ministro Marco Aurélio Bellizze, apontou que a negativa indevida de cobertura do plano de saúde, por si, não acarreta dano moral, sendo necessário verificar se a conduta ilícita extrapolou o

mero inadimplemento contratual e gerou abalo significativo aos direitos de personalidade do segurado. Por isso, o ministro apontou que não há dano in re ipsa nessas hipóteses.

No caso dos autos, o relator ressaltou que o procedimento cirúrgico foi realizado sem qualquer empecilho por parte da operadora do plano. Bellizze lembrou que o paciente só tomou conhecimento da negativa de cobertura dos stents quando teve alta hospitalar, sob o argumento de que o material possuía natureza de prótese e, portanto, não estaria coberto pelo contrato.

Saiba mais sobre esse e outros assuntos em: www.defesamedicogo.com.br

Site:

https://rafaelrochafilho.jusbrasil.com.br/noticias/713033537/stj-exclui-indenizacao-por-dano-moral-por-negativa-de-cobertura-de-stents-em-cirurgia-cardiaca?ref=news_feed

Pacote anticrime põe em lei audiência de custódia

BRASÍLIA RENATA MARIZ
renata.mariz@bsb.oglobo.com.br

Demonizada pelo presidente Jair Bolsonaro e por seus filhos, a audiência de custódia, que hoje existe por resolução do **Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**, passará a constar expressamente em lei caso o pacote anticrime do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, seja aprovado. Ironicamente, o texto de Moro defendido como uma das principais bandeiras do governo vai introduzir esse dispositivo na legislação penal brasileira, que atualmente não o menciona. A pasta do ex-juiz da Lava-Jato é, inclusive, parceira em programa do **CNJ** com o apoio das Nações Unidas para fortalecer o instrumento. A audiência de custódia, regulamentada em 2015, estabelece que os presos em flagrante sejam apresentados em até 24 horas a um juiz, que decidirá se a detenção é de fato necessária. Dados inéditos do **CNJ** mostram que 204.169 detenções já foram relaxadas em audiências de custódia pelo Brasil. O número corresponde a cerca de 28% do total de presos hoje, por volta de 705 mil. A taxa de soltura é de 39,79% nas 513,1 mil audiências feitas no país desde que o instituto foi criado. Em 4,9% dos casos, os presos denunciaram tortura ou maus tratos da polícia. Embora as denúncias ocorram em menos de 5% das audiências de custódia, o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PSC), filho do presidente, postou na última semana um vídeo em que um homem que acabou de ser preso se joga no chão simulando uma agressão. "Imagine se por acaso tiver audiência de custódia no dia seguinte? Coitado deste policial", escreveu Carlos. O próprio presidente Bolsonaro também já fez críticas ao instrumento. Durante a campanha, em uma sabatina, disse que tinha "de acabar com isso". Outro filho do presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) é autor de projeto para anular a resolução que regulamentou as audiências de custódia. Embora exista no país, de fato, por iniciativa do **CNJ**, a audiência de custódia é embasada juridicamente na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Brasil em 1992, e em princípios constitucionais. Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (**STF**) confirmou a validade do instituto. Hoje, há jurisprudência sólida em favor das audiências de custódia. A proposta de Moro inclui no Código de Processo Penal (CPP) o dispositivo. Promotora de Justiça que trabalha com audiência de custódia em Belo Horizonte, Cláudia do Amaral Xavier

diz que a menção na lei, conforme prevê o projeto de Moro, poderá "fortalecer" o instrumento: -De 80% a 90% dos atendidos são população de rua, dependente químico, portador de sofrimento mental e envolvidos em violência doméstica contra criança, mulher, idoso. Não é esse o público responsável pelos altos índices de violência.

CONSULTORES

O Ministério da Justiça trabalha atualmente com o **CNJ**, em parceria com as Nações Unidas, no projeto Justiça Presente. Uma das ações é enviar consultores aos 26 estados e Distrito Federal para padronizar e aperfeiçoar as audiências de custódia. Procurado sobre o fato de o pacote introduzir na lei penal menção da audiência de custódia, o Ministério da Justiça informou que a medida não a "regulamenta".

Site:

<http://oglobodigital.oglobo.globo.com/epaper/viewer.asp>

x

episódios. "A denúncia é imprescindível, pois proporciona à rede de proteção a possibilidade de adotar medidas que possam fazer com que agressões não evoluam para algo mais grave", afirma a militar. "Os estudos comprovam que a questão da violência é progressiva. Temos comportamentos que estão diretamente ligados à violência e são socialmente tolerados. As vítimas acabam não percebendo e é algo que ataca a autoestima delas. Então, a violência vai ficando cada vez mais grave até que resulta em um caso extremo", acrescenta.

Ainda segundo Cleide Barcelos, houve um caso em que uma vítima de agressão foi procurada pela unidade especializada da PM, mas ela não quis intervenção da rede de proteção e avaliou que poderia resolver com o companheiro aquela situação. Em março deste ano foi assassinada pelo ex-marido no Bairro Jardim Europa, na Região de Venda Nova, em BH, segundo a PM.

Ainda de acordo com a comandante da Companhia de Prevenção à **Violência Doméstica**, quando a equipe de - homens procuram o agressor e as mulheres as vítimas - visita uma família com histórico de violência doméstica, é apresentada uma rede de proteção que inclui várias opções. Uma delas é o Centro de Apoio à Mulher Bemvinda, um serviço da Prefeitura de BH voltado para interromper o ciclo de violência. Entre as atividades desenvolvidas estão atendimento psicossocial, atividades em grupo e encaminhamentos ao restante da rede.

A vítima de agressão pode ser orientada também a procurar a Delegacia de Mulheres da Polícia Civil, caso seja necessário solicitar à Justiça medida protetiva contra o agressor, a **Defensoria Pública**, que tem núcleo especializado para esse tipo de atendimento, o **Ministério Público**, se já existir um processo judicial pela violência contra o agressor, entre outras opções. Existe até a possibilidade de as mulheres serem encaminhadas para a Casa Sempre Viva, abrigo mantido pelo Consórcio de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais para casos extremos de violência, como a ameaça de morte grave, por exemplo.

Site:

http://impresso.em.com.br/app/noticia/cadernos/gerais/2019/05/26/interna_gerais,251688/minas-gerais-teve-622-femicidios-nos-ultimos-quatro-anos.shtml

Enaje termina neste sábado - Presidente da Amagis participou do evento, que debateu temas importantes para a Magistratura

O VII Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje) reuniu magistrados de todo o País entre os dias 23 e 25 de maio em Foz do Iguaçu, no Paraná. O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou do evento, juntamente com outros magistrados mineiros.

A palestra de encerramento do Enaje aconteceu neste sábado, 25, e foi feita pelo ministro Luiz Fux, vice-presidente do **STF**, que falou sobre a análise Econômica do **Direito**.

Antes da participação do ministro Luiz Fux, os participantes foram convidados a uma reflexão sobre inteligência emocional, com uma palestra do médico, professor e escritor, Augusto Cury.

"A mente precisa de gestão. Sem gestão da emoção a nossa mente, que é um veículo extremamente complexo e se não houver, ela perde sua dirigibilidade", alertou o professor. "Tente ser um executivo para preservar a única empresa que não pode falir: a mente humana", complementou, ao falar sobre os males da chamada Síndrome do Pensamento Acelerado (SPA). Segundo ele, o problema é cada vez mais comum e tende a causar dificuldades de concentração e atenção, insônia e irritabilidade constante, além de suas consequências, como baixa produtividade e prejuízo às relações interpessoais.

"Embora vocês tenham uma profissão vital para a funcionalidade da sociedade civil, sua profissão é uma das que mais têm riscos para o esgotamento cerebral, o número de processos e as pressões. Por isso, se você estiver estressado, ansioso, você é normal", provocou o público.

Veja uma mensagem do escritor Augusto Cury aos magistrados mineiros:

Caso não consiga ver a janela de vídeo acima, clique aqui.

No primeiro dia de debates, nesta sexta-feira (24), os magistrados participaram de um painel sobre Segurança no **Poder Judiciário**, que contou com a palestra do ministro Alexandre de Moraes, do

Supremo Tribunal Federal (**STF**).

O tema proposto reforça a necessidade da formulação de propostas para a criação e o aprimoramento das políticas judiciárias de segurança, com o objetivo de promover mais eficiência no planejamento institucional dos órgãos de Justiça e no exercício da Magistratura.

Para Alexandre de Moraes, o ponto de partida seria a reestruturação do modelo atual, com uma atuação proativa em relação à criminalidade organizada violenta, que tanto ameaça o cotidiano da carreira.

A palestra de abertura do VII Enaje, foi feita pelo presidente do **STF** e do **CNJ**, ministro Dias Toffoli, que destacou o papel e a competência dos juizes eleitorais.

"Reitero aqui minha convicção de que os juizes estaduais devem continuar a exercer essas funções, como tem feito e muito bem desde a criação da Justiça Eleitoral em nosso País, em 1932. Graças à dedicação dos magistrados, podemos afirmar, com muito orgulho, que o Brasil é um país em que se pratica Justiça, diuturnamente", disse o presidente do **STF**.

Deputado Federal Felipe Francischini, presidente da CCJ, e o desembargador Alberto Diniz

Durante o Encontro, aconteceram vários lançamentos de livros, entre eles a obra intitulada Audiência de Custódia e a Cultura do Encarceramento de autoria do juiz Manuel Maria Antunes de Melo, do estado da Paraíba.

Coordenadoria Estadual

No dia 22 de maio, antes do início do Enaje, o desembargador Alberto Diniz participou das reuniões da Coordenadoria da Justiça Estadual e do Conselho de Representantes da AMB, em Foz do Iguaçu, junto com demais representantes da Magistratura estadual do País. Durante o encontro, temas relevantes foram debatidos, entre eles, a Reforma da Previdência. No mesmo dia, Alberto Diniz, acompanhado do juiz Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo, membro da Subcoordenadoria Regional dos Aposentados da

AMB, e do juiz Marcelo Piragibe, vice-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), participaram da 10ª Reunião da Coordenadoria dos Aposentados da AMB.

Site:

https://amagis.jusbrasil.com.br/noticias/713034001/enaje-termina-neste-sabado-presidente-da-amagis-participou-do-evento-que-debateu-temas-importantes-para-a-magistratura?ref=news_feed